



**FACULDADE RATIO**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TÂNIA MARIA VIANA PINHEIRO**

**A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS E SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES:  
O OLHAR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO LAR SANTA MÔNICA SOBRE  
A VIOLÊNCIA SEXUAL**

**FORTALEZA**

**2015**

**TÂNIA MARIA VIANA PINHEIRO**

**A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS E SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES:  
O OLHAR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO LAR SANTA MÔNICA SOBRE  
A VIOLÊNCIA SEXUAL**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof.<sup>a</sup> Mr.<sup>a</sup> Hayeska Costa Barroso.

**Fortaleza**

**2015**

**TÂNIA MARIA VIANA PINHEIRO**

**A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA CRIANÇAS E SUAS MÚLTIPLAS EXPRESSÕES:  
O OLHAR DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL DO LAR SANTA MÔNICA SOBRE  
A VIOLÊNCIA SEXUAL**

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Ratio, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup>Ms. Heyesca Costa Barroso  
(Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Ms. Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia  
(Examinadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Roberta Maria de Albuquerque Sá  
(Examinadora)

A minha família querida, familiares, líderes eclesiais, professores e amigos por serem essenciais em minha vida e pela inteira dedicação e incentivo a minha formação profissional.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Pai Celestial por ter me ajudado a chegar até aqui, pela orientação divina, por me guiar no percurso árduo da vida e estar sempre comigo me ajudando a superar as barreiras e dificuldades encontradas ao longo da jornada acadêmica.

Ao meu esposo Alexandre Pinheiro por ter apoiado minha decisão, pelo amor, motivação, dedicação e apoio financeiro, afinal foram quatro anos de batalha para garantir o melhor para toda a família. A você companheiro, amigo, confidente, amante, dedico este trabalho.

Aos meus filhos Alexandre Júnior e Pedro Igor que me incentivaram a retomar os estudos depois de longos vinte anos sem estudar, pelas provas e dificuldades que passamos juntos, no entanto sei que essas coisas nos fizeram crescermos juntos. Meus agradecimentos a vocês!

Aos meus pais que apesar da pouca instrução ficaram felizes, mas não entenderam a necessidade de buscar conhecimento hoje e sempre e que nunca é tarde para se buscar novos horizontes.

Aos meus líderes eclesiais, presidente Cabral, sua adorável esposa Rita Cabral, presidente César Oliveira e sua esposa Sandra Oliveira, por me ensinarem que “a glória de Deus é inteligência, ou em outras palavras luz e verdade”( D&C: 93:36), por me verem como filha de Deus e com potencial divino.

A todas as companheiras (os) do curso de serviço social turma 303.8 com quem nesses quatro anos de faculdade pude compartilhar meus conhecimentos, alegrias e preocupações. Sem dúvida, vocês estarão sempre em minhas orações, sentirei saudades desses momentos felizes na academia.

Meus sinceros agradecimentos à equipe multiprofissional do lar santa Mônica, profissionais competentes e empenhados na manutenção de vínculos e garantia de direitos dessas crianças e/ou adolescentes institucionalizados.

A todos os professores do Curso de Serviço Social da Faculdade Ratio, detentores do conhecimento ilimitado, pela dedicação, amor e paciência e ter nos ofertado seu tempo, seus talentos nessa trajetória rumo à vitória e para que fôssemos instruídos mui agradavelmente no espaço acadêmico.

À minha querida orientadora e professora, Hayesca Barroso Costa, por sua dedicação, empenho, determinação, seriedade, compromisso e acima de tudo, competência profissional.

Muito obrigada! Sem dúvida sua orientação foi muito importante para que essa monografia se tornasse realidade.

Um especial agradecimento também, à banca examinadora: Prof<sup>ª</sup>. Lúcia de Fátima Rocha Bezerra Maia e Prof<sup>ª</sup>. Roberta Maria de Albuquerque Sá, por dedicar parte de seu tempo precioso para contribuir com meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço as profissionais do Lar Santa Mônica, por terem contribuído de forma significativa com a conclusão dessa monografia, facilitando o acesso a esta instituição, possibilitando-me um enorme conhecimento acerca do tema da pesquisa apesar dos constantes compromissos da equipe multiprofissional.

Em função disso, agradeço imensamente a todos que conheci e com quem convivi mais de perto, e que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho.

A todos (as) meus sinceros agradecimentos!

Somos autores de boa parte de nossas escolhas e omissões, audácia ou acomodação, nossa esperança e fraternidade ou nossa desconfiança. Sobretudo, devemos resolver como empregamos e saboreamos nosso tempo, que é afinal sempre o tempo presente. Somos transição, somos processo. E isso nos perturba. O fluxo de dias e anos, décadas, serve para crescer e acumular, não só perder e limitar. Dessa perspectiva nos tornaremos senhores, não servos. Pessoas, não pequenos animais atordoados que correm sem saber ao certo o porquê.

LYA LUFT (2004)

## RESUMO

A violência física contra crianças é uma das principais problemáticas que violam os direitos das crianças e/ou adolescentes. Trata-se de um universo complexo e de múltiplas faces e causas, que requer toda uma junção da tríade família, Estado e sociedade, para que, dessa forma, essas crianças e/ou adolescentes venham ter seus direitos assegurados e estejam protegidos de toda forma de negligência, exploração, discriminação, violência, crueldade e opressão. Dessa forma, realizamos uma pesquisa de cunho qualitativo, em que a metodologia abrangeu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, no período de maio a junho de 2015. Foram utilizadas como técnicas para a coleta de dados, a entrevista semiestruturada com a equipe multiprofissional do Lar Santa Mônica (totalizando 3 entrevistas), observação simples e anotações no diário de campo sobre a instituição. Apresentamos de início, o contexto histórico envolvendo as categorias família, criança e violência, estendemos a discussão teórica e mostramos algumas reflexões sobre o fenômeno estudado. Vale ressaltar que, durante a análise dos dados coletados, encontramos semelhanças nas respostas dos profissionais entrevistados. Apresentamos alguns tipos de violência sofridas pelas crianças e/ou adolescentes, e expomos, através do olhar da equipe multiprofissional do Lar Santa Mônica, a violência sexual vivenciada pelas crianças e/ou adolescentes institucionalizadas. O olhar da equipe multiprofissional do Lar Santa Mônica sobre a violência sexual consiste em que ainda existe a questão do silêncio, da falta de conhecimento do fenômeno estudado envolvendo a sociedade, e pela ausência de políticas públicas para as famílias das crianças e/ou adolescentes institucionalizadas.

**Palavras chave:** Família, Criança e Violência

## ABSTRACT

Physical violence against children is a major problem that violate the rights of children and / or adolescents. It is a complex and multifaceted and causes the universe, which requires an entire joint triad family, state and society, so that, therefore, these children and / or teens will have their guaranteed rights and are protected from all forms of neglect, exploitation, discrimination, violence, cruelty and oppression. Thus, we conducted a qualitative research, in which the methodology included the bibliographical research, documentary and field in the period May-June 2015 were used as techniques for data collection semi-structured interview with the multi equip Lar Santa Monica (totaling 3 interviews), simple observation and notes in field diary about the institution. We present first the historical context involving the family category, child and violence, extend the theoretical discussion and show some reflections on the phenomenon studied. It is noteworthy that during the analysis of the collected data, we find similarities in the answers of respondents professionals. We present some types of violence suffered by children and / or adolescents, and expose, through the eyes of the multidisciplinary team of Hogar Santa Monica, sexual violence experienced by children and / or adolescents institutionalized.

The look of the multidisciplinary team of Hogar Santa Monica on sexual violence is that there is still the question of silence, lack of knowledge of the phenomenon studied involving the company, and the absence of public policies for families of children and / or adolescents institutionalized.

**Key-Words:** Family, Children and Violence

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

CF – Constituição Federal

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM- Fundação do Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG'S- Organizações Não- Governamentais

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNBEM- Política Nacional do Bem Estar do Menor

SER – Secretaria Executiva Regional

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 CAPÍTULO I – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	19
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	19
2.2 Delimitação do Campo: Lar Santa Mônica –Fortaleza -Ce.....	22
2.3 Sujeitos da Pesquisa.....	24
2.4 Técnicas e Instrumentos da Coleta de Dados .....	26
<b>3 CAPITULO II– CONVERSANDO SOBRE AS CATEGORIAS- FAMÍLIA, CRIANÇA E VIOLÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES</b> .....	29
3.1 Relatos Históricos sobre a Instituição Familiar .....	29
3.2 Compreendendo a Criança como Sujeito de Direitos .....	32
3.3 A violência como Fenômeno Histórico .....	36
<b>4 CAPITULO III – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO</b> .....	41
4.1 O acolhimento Institucional como Forma de Proteger a Criança e/ou Adolescente Vítima de Violência .....	41
4.2 Apresentação e Análise dos dados da Pesquisa–expressões da violência no âmbito familiar frente a realidade vivenciada por crianças e adolescentes no Lar Santa Mônica .....	43
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55
<b>APÊNDICES</b> .....	58
Apêndice A – Roteiro de entrevista semi-estruturada .....	59

## INTRODUÇÃO

A violência física pode ser considerada como o resultado lógico de uma sociedade que incorpora a força física como método de “educação” e de controle sobre o público infante-juvenil, a prática de tal violência ainda, como afirma Guerra (2001) apresenta caráter absolutamente sigiloso a partir do momento em que é ocultada pelos cônjuges, em comum acordo, no qual um aplica o castigo, o outro o aceita ou se omite. Nesses casos, ocorre a convivência entre os que convivem com a criança, bem como o “complô do silêncio” que é muito frequente.

A violência física está presente em diversos lares em nossa sociedade, e a negligência dos pais é acometida por diversos fatores tais como: condições econômicas, acúmulo de atividades e/ou o puro egoísmo que predominam sobre os sentimentos de solidariedade e união que devem existir entre pais e filhos. O empobrecimento e a miséria de boa parte das famílias brasileiras acarretam elevados índices de violência física contra crianças em nosso país.

Nosso interesse pelo tema surgiu a partir de uma experiência vivida por mim, no interior de meu próprio lar, onde eu e meus irmãos sofriamos violência física, praticada por nosso pai, um homem que considero bom, porém, muito rude e que na época estava passando por distúrbios neurológicos. Tudo era motivo para ele nos surrar, nós não podíamos brincar falando alto, e quando éramos mandados ao mercado comprar algo, se demorássemos éramos surrados, se perdêssemos o dinheiro pelo caminho ou comprávamos algo errado, lá estávamos nós apanhando, detalhe, costumávamos apanhar de cinto, cabo de vassoura ou o que ele tivesse nas mãos no momento de sua fúria. Eu mesma, várias vezes fui socorrida pela minha avó paterna quando meu pai me surrava brutalmente. E as marcas vividas pela violência física ficavam em nossos corpos; nossas pernas e costas eram marcadas pelos hematomas deixados pela fivela do cinto que apanhávamos. Daí, surgiu minha curiosidade para compreender quais as causas da violência física praticada pelos pais contra os filhos no âmbito familiar. E o fenômeno da violência se perpetra em diversos lares e assume várias faces, entre elas a violência física contra a criança, e tema de nossa pesquisa.

No que diz respeito a dimensão da violência intrafamiliar contra crianças, de acordo com o mapa de violência: crianças e adolescentes no Brasil 2012, verificou-se que no ano de 2011, foram atendidos pelo SUS – Sistema Único de Saúde 39.222 crianças e adolescentes vítimas de algum tipo de violência. Diante dessa estimativa, constatou-se que em cada 3 casos de violência, 2 aconteciam dentro do próprio lar, com isso identificou-se 21.041

casos de violência no âmbito familiar. Constatou-se que os principais agressores são os próprios pais, sendo esses responsáveis por 12.825 dos casos de violência. É importante ressaltar que no que diz respeito á prática da violência contra crianças, a figura materna ocupa esse ranking com um total de 7.471 casos identificados e constatados(WAISELFISZ, 2012).

A região Nordeste encontrava-se com maior número de denúncias ao serviço, em valores absolutos, seguida das regiões Sudeste, Sul, Centro Oeste e Norte. Com relação a modalidade de maus tratos, as denúncias recebidas neste período foram organizadas em três categorias: negligência, violência física e psicológica, violência sexual, e correspondem respectivamente a 58, 35%, e foram um total de 82.117 denúncias em 2011 e 13.029 em 2012. Esses dados estatísticos foram coletados pelo Disque Direitos Humanos, que recebe denúncias que são encaminhadas para a Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República(SDH/PR).

O disque Direitos Humanos, ou disque 100,

É um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao programa de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, da SPDCA/SDH. Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra os direitos humanos e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas.

Na área em que as ligações chegam, as mensagens são analisadas e encaminhadas para os órgãos responsáveis pela apuração e punição em casos de violência. Ao longo dos anos, o serviço se consolidou como importante instrumento para registro de dados estatísticos sobre violação de direitos. De acordo com o disque 100, as meninas são mais agredidas que os meninos e os agressores em primeiro lugar são as mães, e em segundo lugar, o pai.

No estado do Ceará, as denúncias chegaram a 3.984, no período compreendido de 2011, e 6.908 em 2012, totalizando assim um aumento de um ano para o outro, de 73,39%. Após análise destas, observou-se que a maioria dos agressores eram do sexo masculino, muitos tinham alguma relação com a vítima ou eram os próprios genitores das mesmas.

Diante de tais ocorrências, percebeu-se a necessidade da participação de toda a sociedade na proteção e vigilância das crianças, com vistas a enfrentar as diversas formas de maus tratos e suas repercussões. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados, em média, ao Disque Denúncia 100. Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra

meninos e meninas são registrados no país. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados.

Investigar as causas da violência física contra crianças no âmbito familiar, bem como traçar o perfil dos agressores, apresenta-se como uma tentativa de encontrar, se não a solução para o problema da violência, ou ao menos elementos que favoreçam uma reflexão sobre a problemática apresentada.

O objetivo que centra esta pesquisa consistiu em compreender e analisar o fenômeno da violência física como uma violação dos direitos da criança e para se alcançar uma possível proposta, o objetivo geral foi norteado a partir de três objetivos específicos sendo esses: compreender as determinações da violência física contra a criança no âmbito familiar; identificar os tipos de violência sofrida pelas crianças no âmbito familiar; analisar o fenômeno da violência como uma violação de direitos contra a criança.

Citando ainda o referido autor, a pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, nesse sentido a única diferença que há entre as duas consiste na origem das fontes de pesquisa, no entanto ao invés de nos apropriarmos das teorias já existentes sobre o assunto em pauta, exploramos fontes como documentos oficiais do lar Santa Mônica, artigos de jornais e etc. (GIL2011).

Na pesquisa de campo, tivemos acesso a alguns documentos da instituição tais como: estatísticas mensais, prontuários e relatórios sociais. Vale ressaltar que o acesso a esses documentos nos permitiu apoderarmos de dados que enriqueceram nosso trabalho, dando ao leitor uma maior compreensão acerca da realidade investigada.

Ressalta-se ainda que a pesquisa possui caráter qualitativo, e é importante usarmos essa abordagem pois consiste em analisarmos o fenômeno da violência física contra crianças e de suas peculiaridades a partir das reflexões e relatos dos sujeitos entrevistados, como também observações realizadas sobre o contexto institucional na ocasião da pesquisa de campo. Assim entende-se que:

A pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, os hábitos, as atitudes, tendências de comportamento. Há um mínimo de estruturação prévia. Não se permitem regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação (MARCONI; LAKÁTOS, 2008, p. 42).

Diante do exposto, acreditamos que através da pesquisa qualitativa foi viável apresentarmos maiores informações sobre o fenômeno da violência física contra crianças na

realidade investigada, permitindo que tenhamos uma possibilidade maior de atingirmos os objetivos propostos nessa pesquisa.

Para obtermos êxito na proposta apresentada, optamos que os sujeitos principais desta pesquisa seriam os profissionais que atuassem constantemente nessa problemática social, ou seja que estivessem em contato direto com os sujeitos inseridos nessa realidade de violência física contra crianças, em função disso entrevistaremos a equipe multiprofissional. Ao decidirmos pela entrevista semiestruturada com esses profissionais, compreendemos que este tipo de entrevista é “acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador (Minayo 2010, p. 64).

Nesse sentido, é importante deixar claro que a identidade da equipe técnica entrevistada será preservada, todas as participantes serão identificadas no decorrer da pesquisa como profissional 1, 2 e 3. A cada entrevista realizada, as participantes aceitaram de livre e espontânea vontade, que todas as entrevistas fossem gravadas e autorizadas pelas participantes, para posteriormente serem transcritas.

Para tornar o objetivo central desta pesquisa alcançável, inicialmente decidimos compreender o perfil social das famílias das crianças institucionalizadas no lar Santa Mônica e identificarmos os principais responsáveis pela prática da violência no âmbito familiar contra a criança. Para isso, buscamos apresentar informações coletadas através de relatos dos profissionais entrevistados, de informações contidas nos relatórios sociais, da observação simples e de casos relatados nos prontuários das crianças que ainda se encontram em manutenção de vínculo. Essas informações, são oriundas de dados informados pelos profissionais que realizam visitas domiciliares.

Diante de nossa inquietação, ao investigarmos os fatos que levam as próprias famílias a praticarem a violência contra a criança, obtivemos através da pesquisa bibliográfica, elencar fatores que alguns autores apontam ser os de maior incidência nas famílias que praticam este tipo de violência. Subseqüente às entrevistas com a equipe multiprofissional e com a família de uma criança institucionalizada, de acordo com seus relatos, foi possível fazer uma comparação com a teoria pesquisada e com a realidade investigada.

No tocante a identificação dos tipos de violência cometida contra as crianças, obtivemos informações com os profissionais, como também através de documentos disponibilizados pelas mesmas e, posteriormente colocaremos tais informações em um gráfico.

E finalmente, para contemplarmos o último objetivo específico, de analisarmos o fenômeno da violência como uma violação de direitos contra a criança através do olhar da equipe multiprofissional do Lar Santa Mônica. Levamos em consideração as informações colhidas nas entrevistas realizadas e apresentamos as análises de pesquisadores que trabalham com o fenômeno da violência contra a criança.

Todas as informações contidas neste trabalho foram obtidas a partir da aplicação da entrevista, salientamos ainda que dentre as técnicas utilizadas para a coleta de dados está a observação simples e o uso do diário de campo que, segundo Minayo “podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos, informações que não foram obtidas através de outras técnicas”(MINAYO, et al, 1998, p.63)

É importante ressaltar que durante a observação simples realizada na instituição, tivemos a oportunidade de conversar com uma pessoa que estava visitando uma criança, sendo essa uma avó materna. A partir dessa conversa informal, conseguimos informações importantes para compreendermos o fenômeno pesquisado. Em função disso, destacamos a importância de aplicarmos a conversa informal nesta pesquisa que de acordo com Gil (2011), pode ser entendida como uma espécie de entrevista, porém deve ser:

[...] menos estruturada possível [...] tem como objetivo básico a coleta de dados [...] a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado [...] nos estudos desse tipo, com frequência, recorre-se a entrevistas informais com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc(GIL, 2011, p.111).

O primeiro contato com a instituição foi realizado no dia 22 de março de 2015. Falamos por telefone com o coordenador do lar santa Mônica, que nos orientou a solicitar na faculdade uma autorização para a visita institucional com a finalidade da realização da pesquisa de campo. Tão logo recebemos a autorização, agendamos uma visita na instituição para o dia 23 de abril do corrente ano, e assim visitamos o lar santa Mônica, com o objetivo inicial de conhecer mais a fundo a instituição e apresentarmos a proposta de estudo aos profissionais por meio do projeto de pesquisa.

Na data marcada, fomos recebidas por um profissional e aproveitamos para apresentar a metodologia a ser utilizada durante a coleta de dados. Por fim agendamos a primeira entrevista para 29 de abril, no entanto num dia anterior a esta data, recebemos uma ligação nos informando que a entrevista não poderia ocorrer, pois a equipe multiprofissional não poderia nos atender.

Continuamos tentando, fizemos novos contatos telefônicos com a instituição com o propósito de agendarmos as entrevistas e, assim conseguimos marcar para 30 de abril do

corrente ano. Ao comparecermos ao Lar Santa Mônica na data prevista, só encontramos os educadores sociais e dessa forma não foi possível realizarmos as entrevistas com a equipe multiprofissional.

Resumindo as limitações durante o percurso da pesquisa de campo, até conseguirmos falar com a equipe multiprofissional para realizarmos as entrevistas, convém mencionar que nessa trajetória, encontramos profissionais dispostos a colaborar para a construção desse trabalho e que as limitações encontradas não se originam a partir de objeções por parte da instituição ou dos profissionais, mas sim por uma questão de divergência de horários da equipe multiprofissional e da pesquisadora, ou seja, quando as profissionais tinham disponibilidade de horário, não podíamos comparecer por motivos pessoais. Sendo assim informamos que todas as entrevistas foram feitas mediante a disponibilidade dos entrevistados, no período compreendido entre maio e junho de 2015.

O campo utilizado para a execução da pesquisa é o Lar Santa Mônica que atende crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de violência sexual na cidade de Fortaleza. O lar Santa Mônica é um projeto social audacioso que teve início em 2007 pela ordem dos Agostinianos Recoletos (ABARF) é uma organização de cunho católico e internacional visando promover projetos sociais e de desenvolvimento humano. A referida associação denominada Associação Beneficente dos Agostinianos Recoletos de Fortaleza, conhecida como Lar Santa Mônica é uma instituição sem fins lucrativos que está localizada na cidade de Fortaleza na Avenida Alberto Craveiro, 222, bairro Dias Macedo, próximo a Arena Castelão, no interior do Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU).

No tocante a organização deste trabalho de conclusão de curso, este foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo foram expostos os aspectos metodológicos da pesquisa que nos mostram a caracterização da pesquisa, delimitação do campo, sujeitos da pesquisa e por fim, técnicas, instrumentos e análise dos dados. No segundo capítulo abordamos o contexto histórico das categorias: família, criança e violência. Mostramos algumas reflexões sobre essa instituição denominada familiar na sociedade e seu perfil na contemporaneidade. Em seguida foi contextualizada a história social da criança, e foi exposto brevemente a trajetória sócio-histórica da assistência social voltada à população infanto-juvenil, finalizamos com os marcos históricos da infância institucionalizada no Brasil e as medidas de proteção atual.

No que se refere ao terceiro capítulo buscamos mostrar e analisar os dados coletados na ocasião da pesquisa de campo, dando ênfase às expressões da violência física e sexual frente á realidade vivenciada por crianças que se encontram institucionalizadas no Lar

Santa Mônica. Diante disso, foram apresentadas algumas informações relevantes a cerca da violência sexual no âmbito familiar no contexto social cearense através de dados obtidos no jornal Diário do Nordeste. Apresentaremos em seguida reflexões sobre o lar Santa Mônica, enfatizaremos como se manifesta o fenômeno estudado na vida das crianças acolhidas, os tipos, as causas da violência praticada dentro dos lares, como também os danos causados às crianças pela violência doméstica.

A partir dessa reflexão, após ser realizada a pesquisa de campo, enfatizamos a importância do trabalho dos profissionais que atuam no enfrentamento dessa problemática que envolve a violação dos direitos das crianças que se encontram acolhidas no Lar Santa Mônica. Estas por fim lutam para que os vínculos familiares sejam fortalecidos, principalmente em se tratando de crianças vítimas de violência sexual. Dessa forma acreditamos que o leitor terá condições de compreender o objeto pesquisado, pois mostra ter autenticidade nos resultados expostos, pois todas as informações aqui colocadas procedem de experiências vividas pelos profissionais entrevistados, esses profissionais se deparam com casos rotineiros envolvendo a violência na instituição em questão.

Assim sendo, esperamos que as informações contidas nesta pesquisa possam expandir a discussão que envolve a problemática da violência e suas expressões, buscando contribuir para melhorar o trabalho realizado nas instituições que acolhe crianças vitimizadas pela violência no âmbito familiar.

## 2 CAPÍTULO I – ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo iremos abordar como realizamos este trabalho, os métodos que foram utilizados e todo o trajeto percorrido para que esta pesquisa e seus objetivos fossem alcançados.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No que se refere a importância da metodologia utilizada nesta pesquisa, entendemos que:

Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções, a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico. A metodologia não só contempla a fase exploratória de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento de critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada ao campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise de dados (MINAYO Et AL, 1988, p. 42-43).

Para iniciar a pesquisa utilizaremos neste trabalho a pesquisa bibliográfica e documental, pois trata-se de algo necessário apresentarmos um diálogo com pesquisadores que investigam as categorias família, criança e violência e por fim realizamos a pesquisa de campo utilizando como técnicas a entrevista semiestruturada, observação direta e diário de campo.

A aproximação teórica relacionada a temática desse estudo fundamenta-se a partir de livros, artigos científicos, legislações específicas e publicações eletrônicas. De acordo com Gil(2011), a pesquisa bibliográfica oferece condições de o pesquisador ter a possibilidade de relacionar conteúdos científicos com a realidade a qual está sendo investigada de maneira que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil 2011, p. 50)

Citando ainda o referido autor, a pesquisa documental é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, nesse sentido a única diferença que há entre as duas consiste na origem das fontes de pesquisa, no entanto ao invés de nos apropriarmos das teorias já existentes sobre o assunto em pauta, exploramos fontes como documentos oficiais do lar Santa Mônica, artigos de jornais e etc. (GIL 2011).

Na pesquisa de campo tivemos acesso a alguns documentos da instituição tais como: estatísticas mensais, prontuários e relatórios sociais. Vale ressaltar que o acesso a esses documentos permitiu que nos apoderássemos de dados que enriqueceram nosso trabalho, dando ao leitor uma maior compreensão acerca da realidade investigada.

Ressalta-se ainda que a pesquisa possui caráter qualitativo, e é importante usarmos essa abordagem pois consiste em analisarmos o fenômeno da violência física contra crianças e de suas peculiaridades a partir das reflexões e relatos dos sujeitos entrevistados, como também observações realizadas sobre o contexto institucional na ocasião da pesquisa de campo. Assim entende-se que:

A pesquisa qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, os hábitos, as atitudes, tendências de comportamento. Há um mínimo de estruturação prévia. Não se permitem regras precisas, como problemas, hipóteses e variáveis antecipadas, e as teorias aplicáveis deverão ser empregadas no decorrer da investigação (MARCONI; LAKÁTOS, 2008, p. 42).

Utilizamos a pesquisa qualitativa e de cunho empírico, tendo em vista que a partir destas é possível obter um universo maior de informações sobre as entrevistadas e a realidade que se estará analisando. Levamos em conta, também, que foram trabalhadas particularidades a partir do olhar de cada uma. Portanto, este tipo de pesquisa é a que melhor se aplica ao objeto de estudo, pois conforme analisa Pereira de Queiroz (2008, p. 72)

O conhecimento qualitativo traça os contornos externos e internos da coletividade estudada; em seguida, a abordagem quantitativa desvenda o número de vezes em que ocorre o fenômeno e sua intensidade, segundo as divisões já efetuadas. O conhecimento qualitativo é imprescindível para que se realize em seguida um conhecimento quantitativo.

A pesquisa qualitativa permite fazer uma análise metódica da realidade onde estão inseridos os sujeitos, bem como das próprias entrevistadas, podendo tornar o trabalho rico com detalhes que poderiam passar despercebidos se fossem utilizados outros tipos de pesquisa que não fosse a qualitativa.

É importante ler o que outros autores escreveram sobre o objeto pesquisado antes de nós para termos uma visão mais ampliada e termos um conhecimento do que já foi observado sobre o assunto, feito isso foi necessário usarmos pesquisas documentais e bibliográficas antes de adentrarmos ao campo, Gil (2002, p.45) afirma que “a pesquisa bibliográfica fundamentalmente se utiliza de contribuições de vários autores sobre

determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico”.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada justamente por acreditar que é o melhor caminho para se chegar a uma primeira compreensão do objeto de estudo. Gil(2010) descreve que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para Gil (2010, p.30), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. É necessário nos estudos históricos nos quais, em muitas situações, não há outra alternativa de se conhecer os fatos pesquisados se não com base em dados bibliográficos.

A pesquisa bibliográfica é um aparato de principais trabalhos científicos que foram realizados sobre o tema em questão, torna-se relevante por serem capaz de fornecerem dados atuais, abrange desde publicações em livros, jornais, revistas, internet, etc.

Neste trabalho, especificamente os autores selecionados para análise e composição dos questionamentos e resultados foram: Guerra(2011), Osterne(2001), Osterne(2004),Alberton (2005), Ariês(2012). Todos os autores citados trabalham com a temática violência, família e criança.

A pesquisa de cunho documental tratou-se de ter acesso a relatórios existentes no campo de estudo.

Segundo Severino(2007, p.122)

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Vale ressaltar que a pesquisa documental conforme relata Gil(2010) “ vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc. mas há fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais”. O autor relata que os documentos mais utilizados nas pesquisas são: documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações; documentos pessoais, como cartas e diários; material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites; documentos jurídicos, como certidões,

escrituras, testamentos e inventários; documentos iconográficos como fotografias, quadros e imagens; registros estatísticos.

Nossa pesquisa deteu-se também a observação em campo que segundo Lakátos(1996) “ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”. A observação obriga o pesquisador a ter contato mais direto com a realidade.

De acordo com Lakátos(2010, p.69), “a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ conhecimento acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Segundo Minayo (2011), o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social.

## **2.2 DELIMITAÇÃO DO CAMPO: LAR SANTA MÔNICA – FORTALEZA-CE**

O campo utilizado para a execução da pesquisa é o Lar Santa Mônica que atende crianças e adolescentes do gênero feminino em situação de violência sexual na cidade de Fortaleza. O Lar Santa Mônica é um projeto social audacioso que teve início em 2007 pela ordem dos Agostinianos Recoletos (ABARF) é uma organização de cunho católico e internacional visando promover projetos sociais e de desenvolvimento humano. A referida associação denominada Associação Beneficente dos Agostinianos Recoletos de Fortaleza, conhecida como Lar Santa Mônica é uma instituição sem fins lucrativos que está localizada na cidade de Fortaleza na avenida Alberto Craveiro, 222, bairro Dias Macedo, próximo a Arena Castelão, no interior do Condomínio Espiritual Uirapuru (CEU).

Foi no interior do CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru que em 2008 começaram a construção das instalações da unidade de acolhimento Lar Santa Mônica. Hoje funcionam neste local duas casas de acolhimento com capacidade de acolher 12 crianças e 12 adolescentes.

O Lar Santa Mônica acolhe crianças e adolescentes do gênero feminino na idade de 7 a 18 anos incompletos vítimas de violência física, caracterizada como violência sexual e de outras situações de vulnerabilidade social em que estão inseridas como a extrema pobreza, os maus tratos psicológicos e etc.

Ter o Lar Santa Mônica como campo de pesquisa foi relevante porque despertou nosso interesse de problematizar numa pesquisa, a violência física contra crianças, mais precisamente a violência sexual que é um tipo de violência física, como também conhecer o perfil dos agressores e compreender como ocorre esse fenômeno.

A partir da contribuição de Azevedo e Guerra(1989, p.33) “a violência sexual se conceitua como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente com o intuito de estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.

Desde que foi inaugurado em 2008, o Lar Santa Mônica acolheu mais de 80 crianças e adolescentes dos bairros carentes da cidade de Fortaleza, atualmente apenas 24 estão acolhidas neste espaço. O Lar Santa Mônica estabelece parceria com instituições públicas como a vara da infância e da juventude para viabilizar os direitos das abrigadas, seguindo os princípios do Estatuto da Criança e do adolescente ECA. O Lar Santa Mônica trabalha com o objetivo de manter o vínculo e a reinserção familiar, realizando visitas domiciliar e incentivando visitas das famílias dos acolhidos na instituição.

A instituição citada possui características muito semelhantes a um lar, com valores como a proteção,o amor, a convivência em união e o sentimento de família, porque entendemos que o fortalecimento desses laços são essenciais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes que se encontram acolhidas.

Durante visita ao campo verificamos que os profissionais trabalham para que os vínculos familiares permaneçam na medida do possível para que possam retornar ao seio familiar o mais breve que puderem. Também existem casos em que a criança ou adolescente não poderá mais retornar á sua família de origem, ficando a cargo do juiz competente ordenar para que local irá essa criança ou adolescente.

As crianças e adolescentes que vivem no Lar Santa Mônica tem histórias de vida diferentes e identidades variadas, convivem num ambiente harmonioso, tem acesso a serviços, benefícios socioassistencias e são inseridas na rede de ensino e profissionalizante de acordo com a necessidade. Elas aprendem o respeito por si próprias e pelos outros, aprendem a conviver em grupos e tem a liberdade de se expressar. Todos esses valores resgatam a auto-estima das meninas frente a violência sofrida e dão oportunidade de sentirem-se em família, facilitando o dialogo e expressando afetos antes desconhecidos.

O Lar Santa Mônica promove projetos para que as crianças e adolescentes desenvolvam habilidades profissionais, fornecem oportunidades para que elas façam escolhas

com autonomia e executem sua autotransformação e integração na sociedade e no universo do trabalho individual, valorizando-se a si mesma como sujeito de direitos e reduzindo assim a ocorrência de risco, ou sua reincidência ao abrigo. Esses foram relatos colhidos no campo, mas é necessário salientar que o campo é uma possibilidade de novas relações a partir da compreensão do objeto estudado.

### **2.3 SUJEITOS DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada com as técnicas do equipamento e profissionais que estiveram compondo a equipe multiprofissional da instituição pesquisada. Foram pré-selecionadas três profissionais para a realização das entrevistas<sup>1</sup>, como o assistente social, a psicóloga e o educador social. O tempo de duração das entrevistas variou de trinta a quarenta minutos.

Foram avaliados alguns critérios para a entrevista. Em um determinado momento queríamos entrevistar os pais de algumas crianças que foram vítimas de violência física e realmente compreender quais as causas da violência física contra a criança, ou porque os pais praticam esta violência, porém se tornaria muito dificultoso porque a maioria reside em área de risco e eles dificilmente relatariam para nós como ocorreu este tipo de violência.

Essa pesquisa teve alguns desafios com os quais nos deparamos, o que exigiu de nossa parte criatividade e reinvenção. A princípio falaríamos apenas com a assistente social da instituição, no entanto vimos a necessidade de conversarmos com a equipe multiprofissional para melhores resultados do estudo em pauta.

No mês de Fevereiro, mais precisamente no dia 20, foi nossa primeira visita ao campo com intuito de conhecermos melhor o ambiente e de como proceder com as entrevistas e tomarmos pé de como funciona a instituição e como proceder ao nos colocarmos frente a frente com o fenômeno da violência e suas múltiplas faces.

O Lar Santa Mônica possui três educadoras sociais de lar que também são conhecidas como mães sociais, elas tem a missão de garantir a ordem, a higiene, a alimentação e a convivência com todas as moradoras da casa.

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar que foi utilizada a observação participante. Foram realizadas entrevistas semiestruturada (roteiro em anexo)

A Educadora Social promoverá espaços comunitários, fortalecendo os vínculos de união e fraternidade entre todos os membros que compõem o grupo familiar: a mãe social, sua família e as jovens acolhidas.

Como educadora, ela será a mediadora na resolução de conflitos entre as moradoras e ela. De tal forma que garanta a liberdade de opinião e atuação, dentro do marco educativo do Lar Santa Mônica e os valores que o sustentam: justiça, fraternidade, amizade, liberdade, responsabilidade, solidariedade, gratuidade e comunidade.

O Lar Santa Mônica também possui no seu quadro de funcionários dois educadores sociais oficiais, mas entenderemos que são “educadores”, todos os trabalhadores de atenção direta às meninas e adolescentes: professores das oficinas de formação profissional, professores das áreas artísticas, esportivas e culturais e educadores sociais das casas e de rua.

O Serviço Social da Instituição de Acolhimento do Lar Santa Mônica surgiu no início do ano de 2010, com mais ou menos seis meses de plenas atividades. A assistência social para este tipo de política pública é parte fundamental para continuidade do processo de acolhimento para qualquer instituição exercer este tipo de atividade.

Os sujeitos entrevistados nesta pesquisa foram os profissionais que atuam cotidianamente nessa problemática social, ou seja, que tiveram contato direto com os sujeitos inseridos nessa realidade da violência sexual, assim sendo optamos por entrevistarmos a assistente social, psicóloga e um educador social.

## **2.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS**

As técnicas são os procedimentos operacionais que servem de mediação prática para a realização das pesquisas. “Como tais, podem ser utilizadas em pesquisas conduzidas mediante diferentes metodologias e fundadas em diferentes epistemologias”.(SEVERINO: 2007, p. 124)

Utilizamos a pesquisa qualitativa e de cunho empírico, tendo em vista que a partir destas é possível obter um universo maior de informações sobre as entrevistadas e a realidade que se estará analisando. Levamos em conta, também, que foram trabalhadas particularidades a partir do olhar de cada uma. Portanto, este tipo de pesquisa é a que melhor se aplica ao objeto de estudo, pois conforme analisa Goldenberg (2004, p. 63):

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente, [...] é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais.

O instrumental utilizado para coleta das informações necessárias à elaboração do trabalho foi a entrevista semiestruturada, que, segundo Minayo (2010, p. 64) “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Com a realização das entrevistas, foi feita uma análise do conteúdo produzido e, em seguida, conjecturas entre a teoria utilizada na pesquisa e os resultados obtidos a partir da interpretação dos dados verificados no campo.

De acordo com Severino(2007, p. 125)

Entrevistas estruturadas são aquelas em que as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretas, obtém, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais.

Segundo Marconi e Lakatos (2010, p.178)

a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para se coletar dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

A entrevista é aqui entendida não como uma conversa daquelas usuais que se costuma ter no dia a dia, despreziosa e neutra, mas uma conversa que se realiza visando captar formalmente informações acerca de um assunto específico.

Nesse sentido, a entrevista, um termo bastante genérico, está sendo por nós entendida como uma conversa a dois com o propósito bem definidos. Num primeiro nível, esta técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. Já num outro nível, serve como um meio de coleta de informações sobre um determinado tema científico. (MINAYO, 1994, p.57)

Entendemos que entrevista é uma importante ferramenta que permite responder perguntas e dúvidas sobre o problema social a ser investigado, é um encontro olho a olho, entre entrevistado e investigador. Dentre os instrumentos utilizados usamos um gravador de voz para que nenhuma informação fosse desperdiçada.

Após a coleta de dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, as mesmas foram analisadas de forma interpretativa, ocasião em que foi investigada a relação entre a teoria e as considerações que foram traçadas com o estudo.

Também foi utilizada como técnica de pesquisa a observação participante no Lar Santa Mônica. A observação participante “[...] ajudaportanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas cotidianamente pelo grupo ou instituição observados” (MINAYO, 2010, p.71)

Segundo Severino(2007) a observação participante é “aquela em o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades”. O pesquisador observa as situações vividas pelos sujeitos, registra minuciosamente todas as considerações e analisa os elementos dessa participação.

Minayo(2010, p. 70) define a observação participante como

Um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

Já para Lakatos(2010, p.79) a observação participante tem como objetivo inicial:

Ganhar a confiança do grupo, fazer os indivíduos compreender a importância da investigação, sem ocultar o seu objetivo ou sua missão, mas, em certas circunstâncias, há mais vantagem no anonimato. Em geral, são apontadas duas formas de observação participante: Natural o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga. Artificial o observador integra-se ao grupo com a finalidade de obter informações.

### **3 CAPÍTULO II – CONVERSANDO SOBRE AS CATEGORIAS – FAMÍLIA, CRIANÇA E VIOLÊNCIA: LIMITES E POSSIBILIDADES**

Neste capítulo tentaremos abordar brevemente as categorias principais que norteiam este trabalho e as políticas sociais e públicas para as crianças e/ou adolescentes.

#### **3.1 RELATOS HISTÓRICOS SOBRE A INSTITUIÇÃO FAMILIAR**

Compreendendo que a família é uma instituição social, e que ela sofreu significativas transformações ao longo da história. Essas transformações foram a nível cultural, social, político e econômico. Nesse sentido, a família assume o caráter de uma instituição sócio-histórica que se adaptou às mudanças ocorridas na sociedade.

As mudanças que ocorrerem na sociedade contemporânea foi que levaram a mudança no perfil das famílias. Vários autores como Ariés, Osterne e etc, tem se reportado á família como algo que não se apresenta como somente aquela de sangue, e sim foram feitos rearranjos para que a instituição familiar se estendesse a formações composta somente de um dos pais, ou com pessoas do mesmo sexo, e habitando o mesmo teto.

A partir dessa reflexão, Osterne (2001) define família como:

Um conjunto de palavras afins: pai, mãe, filhos, casa, unidade doméstica, casamento e parentesco. A família tida como “legítima”, “normal”, que se interioriza no imaginário da maioria das pessoas, caracteriza-se como um conjunto de indivíduos aparentados que ligam entre si por aliança, casamento, filiação, adoção ocasional ou afinidade. É pressuposto comum que esses indivíduos habitem um mesmo teto (OSTERNE, 2001, p.51)

Surgiram muitas discussões sobre a família, o que persistiu a necessidade de abordagens teóricas que pudessem dar direção a estudos sobre a história dessa instituição tão importante chamada família. Estudiosos como Osterne, Phefilipe Ariés passaram a pesquisar essa instituição e traçaram perfis e conceitos diversos sobre a mesma. Na Constituição Federal Brasileira de 1988, a família ganhou suporte jurídico, passando a ter direitos e deveres, e passou a ser considerada a base da sociedade, gozandoda proteção do Estado.<sup>2</sup>

Ainda segundo Osterne (2001), é possível constatar que o estudo da família brasileira,

---

<sup>2</sup>Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado (C.F de 1988)

Embora remontando ao início do período colonial, só vai tornar maior impulso durante a década de 1970. A abundância e o ineditismo das fontes primárias, combinadas com a pluralidade de assuntos que o tema comporta (mulher, criança, sexualidade, educação, etc), serviriam para situar definitivamente a história da família no Brasil como uma área particular de conhecimento e pesquisa, notadamente na década de 1980 (OSTERNE, 2001, p.76).

Nesse sentido, Ariês (1981) relata em sua obra *História Social da Criança e da Família*, características da sociedade medieval e sociedade moderna. O autor descreve que na época medieval o que predominava era a família extensa como instituição familiar e era caracterizada pelo poder do pai (paterno). Desse modo não transmitia com tanta ênfase aos seus membros, em especial às crianças, funções afetivas e socializadoras. Não existia o sentimento de família; existia uma realidade concentrada nos princípios morais e sociais no que diz respeito a relação entre os pais e os filhos.

Na sociedade moderna, essa instituição passou por modificações, pois a família moderna se distanciou da relação centrada por grupos composta de amigos, clientes e outros sujeitos, sendo reduzida a uma relação entre pais e filhos. Sendo assim, a criança conquistou um lugar junto de seus pais, surgindo a família moderna que, de acordo com Ariês (1981, p.270), “esse grupo de pais e filhos, felizes com sua solidão, estranhos ao resto da sociedade, não é mais a família do século XVII, aberta para o mundo invasor dos amigos, clientes e servidores: é a família moderna”.

A partir dessa reflexão, o que nos remete a pensar é que o modelo de família característico na sociedade moderna é o de família nuclear burguesa, constituída pela tríade: pai, mãe e filhos. O autor descreve o modelo de família nuclear burguesa como uma estrutura na qual há uma hierarquia onde o poder e a autoridade estavam presentes na figura do pai, bem como pela subordinação envolvendo mulheres e crianças. Este modelo é legitimado atualmente como sendo o mais adequado para representar uma instituição familiar, caso contrário, outro modelo de família pode ser considerado como uma instituição incompleta ou mesmo “desestruturada” como bem define Osterne (2001):

Deixando esquecidas a origem de seus valores, suas crenças e normas, o que em geral predomina é a idéia de relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência. Aceita-se a prevalência da autoridade masculina, admitem-se as relações desiguais, acredita-se na crença de que o mundo externo pertence ao masculino e a casa ao feminino. Fora deste referencial, as famílias são consideradas “incompletas” ou “desestruturadas” (OSTERNE, 2001, p.54).

Quanto á origem do termo família, Engels afirma que deriva de

“famulus(escravo doméstico), tendo sido expressão criada pelos romanos para designar um novo grupo social surgindo entre as tribos latinas, quando da introdução da agricultura e da escravidão legal e que se compunha de um chefe que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com poder de vida e morte sobre todos, o ‘paterpotestas’ “(OSTERNE, 2000, p. 48)

A família em nossa contemporaneidade passou por várias mudanças que implicaram novos arranjos, modelos que nos remetem ao seguinte questionamento: o que vem a ser uma família?

Em função disso, a análise refere-se ao que se caracteriza como desestruturação familiar. Termos como famílias desorganizadas e desestruturadas são utilizadas em programas sociais para designar na verdade, arranjos familiares que não correspondem às características das famílias nucleares. Esse modelo de família ideal, no entanto é o modelo veiculado no conjunto dos meios de comunicação de massa como padrão de normalidade. As pessoas desde crianças aprendem como deve, e tem que ser uma família.

Ocorreram grandes variações na sociedade, sociais, culturais, políticas e econômicas, os quais também refletiram em transformações nas famílias. Diante disso, vale salientar que o modelo de família nuclear burguesa não se adéqua mais na sociedade, nos dias atuais. Esse modelo vem sendo substituído pelo modelo familiar denominado monoparentais, em que a família passa a ser chefiada apenas pela figura do pai ou da mãe, diferente do que ocorre no modelo de família nuclear (OSTERNE, 2001).

A realidade brasileira evidencia configurações de família que, de acordo com Osterne (2001):

Referindo-se á diversas realidades através das quais se manifestam as também diversas experiências de família, os etnometodólogos observam que muitos dos grupos que designamos como “família”, em absoluto, não correspondem, por exemplo, á noção atualmente dominante nos Estados Unidos, no Brasil e no Canadá. Além do mais, as atuais práticas de família nuclear passam a constituir minoria diante nos novos arranjos do tipo famílias monoparentais; casais casados que vivem separados, casais que vivem juntos sem serem casados e de outros modelos de composição(OSTERNE, 2001, p.55).

A família marcada por modelos monoparentais, pode ser caracterizada na atual sociedade como a figura da mulher estando a frente da configuração familiar, tomando decisões, e de sustentar financeiramente seu próprio lar, é também apresentado as famílias constituídas por casais homoafetivos, essa relação é caracterizada por sujeitos do mesmo sexo(SZYMANSKI, 2002).

Para este trabalho consideramos válida a contribuição de Osterne(2001p.51), que define família como:

Um conjunto de palavras afins: pai, mãe, filhos, casa, unidade doméstica, casamento e parentesco. Quando se trata de família legítima se interioriza no imaginário da maioria das pessoas como um conjunto de indivíduos aparentados que se ligam entre si por aliança, casamento, filiação, adoção ocasional ou afinidade. É pressuposto comum que esses indivíduos habitem um mesmo teto.

Pode-se dizer que o modelo tradicional de família nuclear burguesa, segundo Osterne “é a imagem de família considerada natural, uma vez apresentada com a aparência de ter sempre existido dessa mesma forma, é de fato uma invenção recente”(OSTERNE, 2001, P.52)

É importante ressaltar que o modelo burguês de família era centralizado na criança, no lar e no patrimônio que, segundo Osterne era um “ padrão emocional que se definia pela autoridade aos pais e o ‘profundo amor parental pelos filhos’. Este modelo antes de se estender a toda a sociedade, instalou-se primeiramente nos meios burgueses.

Segundo Ariés(1975, p.231)<sup>3</sup>

A população mais pobre e via de regra, mais numerosa vivia á semelhança das famílias medievais, ou seja, com as crianças afastadas da casa dos pais. Uma realidade moral e social, mais do que sentimental, a família quase não existia sentimentalmente entre os pobres, e quando havia riqueza e ambição, o sentimento de inspirava no mesmo sentimento provocado pelas antigas relações de linguagem.

Para Osterne(2001, p.54), “o que em geral predomina é a idéia de relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência. Aceita-se a prevalência da autoridade masculina, admitem-se as relações desiguais, acredita-se na crença de que o mundo externo pertence ao masculino e a casa ao feminino. Fora deste referencial, as famílias são consideradas incompletas”.

Ainda segundo Osterne(2001, p. 55) “as atuais práticas de família nuclear passam a constituir minoria diante dos novos arranjos do tipo famílias monoparentais; casais casados que vivem separados, casais que vivem juntos sem serem casados e de outros modelos de composição”.

Diante do exposto, Osterne(2004) enfatiza que no mundo contemporâneo a família enfrentou mudanças concernente “ a perda do sentido da tradição”. Osterne evidencia que “as pessoas parecem estar querendo aprender a serem sós e a serem juntas” existindo uma individualização familiar. A família seria, portanto,

---

<sup>3</sup> Para uma definição mais ampla de família ver PhifilipeAriés- História social da criança e da Família(1981).

[...] algum lugar seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consangüinidade. Algo que possa ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o autocontrole, repreender, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante(OSTERNE, 2004, p.65)

### **3.2 COMPREENDENDO A CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS**

Ariés(1981) fala sobre a trajetória histórica e social da criança, na qual se pode afirmar que esses indivíduos eram tratados como adultos e, por serem tratados como adultos, eles eram forçados a realizarem atividades pesadas e impróprias para sua idade, de maneira que quando completavam sete anos, eram forçados a trabalhar arduamente. Esse tipo de trabalho hoje é considerado trabalho infantil, são atividades que prejudicam o desenvolvimento da criança, de forma física, psicológica e intelectual, como explica Schreiber(2001):

O trabalho infantil é uma forma de maltrato psicológico, pois mesmo não subtraindo a criança a castigos físicos impingir-lhe a realização de tarefas que se coadunam com o seu estágio de desenvolvimento biológico, psíquico e emocional, é, sem dúvida alguma, uma forma de atentar contra a sua dignidade de pessoa humana. A exploração da mão de obra infantil é praticada em todo o mundo, e especialmente, em países subdesenvolvidos como o Brasil, onde crianças são utilizadas como força de trabalho para reforçar o orçamento doméstico. [...] trabalho infantil impede que as crianças tenham tempo adequado para brincar ou praticar esportes, ocasionando sérios problemas no seu desenvolvimento físico e intelectual. Além disso, a grande maioria delas tem que abandonar os estudos, em razão da carga pesada de serviços a que são submetidas[...] (SCHREIBER, 2001, p. 103).

A criança era considerada apenas como um brinquedo que servia para divertir os adultos, estando sujeita a maus tratos físicos, podendo até morrer diante das brincadeiras da época medieval. A criança era considerada como algo sem valor que, se chegasse a óbito, não havia manifestação nenhuma de dor ou compaixão por parte da família e da sociedade. Assim sendo, a morte de uma criança era algo sem valor, totalmente irrelevante, de modo que, ao morrer, imediatamente era substituída por outra criança. (ARIÉS, 1981).

Segundo o autor, as crianças eram afastadas do lar, de suas famílias e introduzidas em outras famílias que não eram sua família biológica. Elas conviviam com outras pessoas e aprendiam atividades que eram realizadas pelos adultos para ajudá-los em suas tarefas, não importando seu conhecimento nem sua força física, e muitas dessas atividades envolviam risco à criança.

Diante do exposto, percebemos que os maus tratos e o sofrimento vividos pelas crianças existem na humanidade há muito tempo.

A partir dessa reflexão, fez-se necessária a criação de leis específicas voltadas aos direitos da criança, como convém destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) que representa uma conquista valiosa no que se refere à política de atendimento e proteção à infância no Brasil. É um marco legal que visa garantir os direitos da criança, como também estabelece punições aos que violarem o que está constituído nessa lei, garantindo às crianças proteção contra toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. Leal (2010) afirma que

O estatuto da criança e do adolescente, lei federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990, pode ser considerada um dos desdobramentos mais importantes da constituição de 1988, a qual no seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, como absoluta prioridade, direitos considerados essenciais: saúde, alimentação, educação, lazer, respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O artigo determina, também que crianças e adolescentes devem ser protegidos contra toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, regulamentou conquistas presentes na Constituição, e a sua implantação, mesmo que morosa, dados entraves e resistências de setores da sociedade brasileira, vem promovendo uma revolução nas áreas jurídica, social e política (LEAL, 2010, p. 147-148)

Ressalta-se que essa conquista só foi possível a partir de mobilizações no âmbito nacional e internacional de lutas vivenciadas por militantes que organizaram movimentos sociais em prol da defesa da criança e do adolescente. Podemos citar o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas (MNMNR), a Pastoral da Criança e várias ONG's(organizações não governamentais) todos unidos num só propósito: a questão da infância.

Observou-se que o ECA buscou estabelecer a igualdade de direitos a todas as crianças, não importando sua classe, cor, gênero, etnia, transformando-as em sujeitos de direitos, garantido com prioridade absoluta através de políticas públicas.

Baseado na Convenção sobre os Direitos da Criança(1989)<sup>4</sup>, se estabelece no Brasil uma nova dimensão de direitos infantis, essa convenção foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989, assegurando medidas de proteção às crianças, como também ações de responsabilização e punição à violação de seus direitos(VERONESE; COSTA, 2006).

---

<sup>4</sup>A convenção sobre os direitos da criança é o instrumento de direitos humanos mais aceito na história universal. Foi ratificado por 193 países. Adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989.

De acordo com Alberton(2005), vários documentos legais e normativas configuraram e influenciaram as práticas de assistência e o campo de direitos da infância, podemos destacar: Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948); Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente(1959); Constituição da República Federativa do Brasil(1988); Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente(1989); Estatuto da Criança e do Adolescente(1990); Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos anos 90(1990); Lei Orgânica da Saúde(1990); Lei Orgânica da Assistência Social(1993) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação(1996).

Desta feita iremos pontuar alguns marcos históricos importantes no que diz respeito aos direitos da criança e do adolescente: em 1941 o governo Getúlio Vargas, criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que tinha características de uma prisão destinada a menores de idade, conhecido como reformatório. Foi um sistema reprimia as crianças e adolescentes que passavam por lá, havia denúncias de maus tratos e era conhecido como “prisão e escola do crime” porque no seu interior eram realizadas abordagens repressivas e punitivas. Crianças e adolescentes eram considerados nocivos à sociedade por praticarem ações perigosas.

Segundo Ferreira, Serrano, Almeida (2011) quando o Estado instituiu esse sistema, tinha como objetivo controlar “esses menores” que eram tirados da sociedade, firmando, assim, as mais diversas formas de preconceito. Nesse ínterim, o SAM foi reprovado por algumas autoridades, bem como sua dinâmica de funcionamento. Foram apresentadas diretrizes para a criação de novas instituições com suporte para atender a essa parcela da população.

Já em 1964, no período da ditadura, foi criada a Política Nacional do Bem Estar do menor (PNBEM<sup>5</sup>), tendo como proposta o assistencialismo, uma política executada pela Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM), a qual substituiu o SAM e ficou responsável para implementar essa nova política no território brasileiro.

Para que seus objetivos tivessem êxito, foram criadas as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor(FEBEMS)<sup>6</sup>, e nessas instituições os internamentos foram ampliados. A FUNABEM buscava ser o oposto do SAM, porém isso não ocorreu, pois, por “herdar as

---

<sup>5</sup>Lei nº 4.513/64-Autoriza o poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

<sup>6</sup>Adjetivado como Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas, foi marcado pela ditadura, e de acordo com Molina 1997, p. 99, sendo a doutrina do Estado Novo, estabelecia “[...] todo o poder necessário ao Estado, visto como uma única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem público, para além dos interesses reais, mas mesquinhos dos indivíduos e dos grupos”. Ainda de acordo com a autora, esse período foi marcado pela intervenção estatal na sociedade, que buscou legitimar uma determinada ordem social.

locações, os internos e profissionais do SAM, em nada se modificou”(FERREIRA, SERRANO e ALMEIDA, 2011, p. 37).

O novo código dos Menores, foi criado em 10 de dezembro de 1979 e, de acordo com as autoras citadas, pode-se perceber que este novo instrumental legal não mostrou diferenças do que estava constituído no Código de Menores anterior. O código de 1979 estava fundamentado na “doutrina da situação irregular”, que permitia ao poder judiciário tomar decisões sobre as crianças e adolescentes que estavam em situação irregular, considerados infratores, não havendo distinção de tratamento dos casos. Todos são colocados na mesma instituição.

A partir de 1990, a realidade das crianças e adolescentes no Brasil ganha um cenário novo, o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) que de acordo com Alberton(2005) “inaugura-se no Brasil uma nova ordem jurídica, dando prioridade a exigibilidade de direitos” garantindo que o público infante-juvenil passa a ser Credora de Direitos(doutrina da proteção integral) e não mais “Feixe de Necessidades”(doutrina da situação irregular – antigo código de menores.(ALBERTON, 2005, p.62)

Diante do exposto, a criança passa a ser considerada como sujeito histórico e social, passa a ter seus direitos reconhecidos, e agora é uma cidadã que ganhou direitos na forma da lei. No entanto, ainda hoje podemos nos deparar com a violação dos direitos desse público infantil, e o mais curioso, é que essa violação ocorre dentro de seu próprio lar e é praticado por aqueles que deviam proteger, amar e acolher, mas acabam se tornando até uma ameaça ao desenvolvimento pleno e saudável da criança, trazendo sérias conseqüências como o rompimento dos vínculos afetivos e/ou familiares, ou até mesmo a serem inseridas nas unidades de acolhimento. Vale lembrar que essas instituições de acolhimento surgiram como uma resposta a essas problemáticas existentes, a partir da violação dos direitos do público infante-juvenil

O documento de orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009)destaca que

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integram os serviços de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social(SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não estatal, e devem pautar-se nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e adolescentes á Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, na Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças(BRASIL 2009)

De acordo com o documento de orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes(2009) as instituições de acolhimento como o lar santa Mônica, são definidas como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de Abrigo(ECA, art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (ibidem 2009, p.67)

Em função disso, baseada na citação apresentada, pode-se entender que a situação da criança institucionalizada na sociedade atual está posta em uma realidade que envolve a negação e a violação dos direitos da criança e do adolescente. Trata-se de uma conjuntura que não é nova, mas que foi estabelecida ao longo da história.

### **3.3 A VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO HISTÓRICO**

A violência é uma temática de difícil compreensão. Ao longo da pesquisa surgiram interrogações como: o que representa a família? Essa instituição é importante na vida da criança? Porque diversas crianças tornam-se vítimas de diversos tipos de violência?

Questões como essas são verdadeiros desafios no campo acadêmico, assim explica Guerra(2011), que em se tratando de envolver a família e sua interferência na culpa por praticar a violência contra a criança, esse fenômeno é colocado por alguns profissionais como:

[...] uma questão menor ante outras questões vivenciadas pela infância brasileira. É preciso também vencer a barreira daqueles que se opõe a este tipo de discussão, porque, de certa forma, leva a contestação da família como um lugar absolutamente seguro para uma criança e/ou adolescente(GUERRA 2011, p.13)

Para este trabalho consideramos válida a contribuição deAdorno(1988) quando define a violência como “ uma forma de relação social; é o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência. Ele relata que sob essa óptica, a violência expressa padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de

comportamento vigentes em uma sociedade, em um momento determinado de seu processo histórico”.

Já Guerra(2011, p.31) diz que a violência “é simultaneamente a negação de valores considerados universais: a liberdade, a igualdade, a vida”. A violência é a supressão, a anulação, a violência é uma ameaça á vida.

Ainda segundo Guerra(2011, p.31)

A violência doméstica apresenta uma relação com a violência estrutural(violência entre classes sociais, inerente ao modo de produção das sociedades desiguais). No entanto, tem outros determinantes que não apenas os estruturais. É um tipo de violência que permeia todas as classes sociais como violência de natureza interpessoal.

Guerra(2011) faz uma síntese da violência doméstica contra crianças e adolescentes:

É uma violência interpessoal; É um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis; É um processo de vitimização que as vezes se prolonga por vários meses e até anos; É um processo de imposição de maus tratos á vítima, de sua completa objetivação e sujeição; É uma forma de violência dos direitos essenciais da criança e do adolescente como pessoas e, portanto, uma negação de valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança; tem na família sua ecologia privilegiada. Como esta pertence á esfera do privado, a violência doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo (GUERRA 2011, P. 32)

Vale salientar que, para Guerra(2011, p.32/33)

a violência doméstica contra criança e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico á vítima, implica de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes tem de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

A violência doméstica é vista como um fato preocupante, por se tratar de uma violência que ocorre silenciosamente e com cumplicidade dos familiares. Pode ser caracterizado como um abuso de poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsáveis; é um procedimento que se prolonga por vários meses e até anos; é um processo de total objetualização da vítima, transformando-a em objeto de violência; é uma maneira de violar os direitos essenciais da criança e/ou adolescente como sujeitos de direitos, é uma negação de valores considerados humanos e fundamentais ao seu pleno desenvolvimento.

Diante dessas reflexões, pode-se discutir esse fenômeno da violência contra crianças e adolescentes como uma realidade complexa que se configura no âmbito familiar, um local adequado para sua manifestação.

É importante nesse estudo diferenciarmos as violências que ocorrem no espaço do âmbito familiar, pois a pesquisa em pauta tem como foco a realidade vivenciada por crianças e/ou adolescentes que são vítimas de violência perpetrada no ambiente doméstico.

Nesse sentido, ressalta-se que haverá algumas citações no decorrer deste estudo que irão se reportar a violência intrafamiliar, como violência doméstica, já que muitos autores não mostram diferenças entre ambas. Veronese e Costa(2006) por exemplo, afirmam na citação a seguir a semelhança entre a violência doméstica e a violência intrafamiliar, dessa forma será possível compreender o que é essa violência e sua dimensão na família e como ela interfere de forma negativa na vida da criança e/ou adolescente.

A violência doméstica ou intrafamiliar é motivo de indignação não tanto por um aspecto quantitativo, ou seja, não pelo número de casos em que ela ocorre, mas pelas formas cruéis em ela se dá e, principalmente pelo fato mesmo ocorrer, dentro da família, ou seja, pelo fato de que as pessoas que atentam, de uma forma ou de outra contra a criança ou o adolescente sejam as pessoas de sua convivência mais íntima, aquelas que o colocaram no mundo, aquelas em que a criança ‘naturalmente confia’, aquelas de quem ela depende totalmente, aquelas que deveriam amá-la e protegê-la, enfim, aquelas que deveriam querer morrer do que ver os seus filhos sofrendo qualquer forma de violência ou de mal(VERONESE; COSTA, 2006, p. 102)

A partir dessa reflexão, pode-se dizer que a violência intrafamiliar apresenta-se como uma violação de direitos, quando essa é cometida pela família de origem, no entanto pode ocorrer em qualquer espaço que vai além do ambiente doméstico. Para compreendermos melhor, expomos que

As violências que se configuram no cotidiano das relações familiares são, por vezes, denominadas indistintamente de violência doméstica ou intrafamiliar. No entanto, a violência doméstica inclui outros membros do convívio familiar, sem função parental, abrangendo, dessa forma, a violência perpetrada ou sofrida por empregados, agregados e demais pessoas que convivem esporadicamente no ambiente doméstico. Já o conceito de violência intrafamiliar admite apenas a violência que ocorre nas relações familiares, ou seja, entre os membros da família. Ela pode ser praticada tanto no ambiente doméstico quanto público. Na definição de violência intrafamiliar destacam-se dois aspectos: o primeiro é de que se trata de uma violência interpessoal perpetrada, no caso das crianças e adolescentes, por pessoas investidas de função parental. O segundo aspecto ressalta que é uma violência cuja prática não se restringe ao espaço doméstico, ou seja, a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é, por vezes, cometida pelos pais e responsáveis também em espaços públicos(MOREIRA; SOUZA, 2012, p. 15)

Vale ressaltar que a criança em toda a sua história e não tendo como se defender, é constantemente vítima de um mundo que evidencia a violência em suas relações como uma forma de solucionar conflitos e para que seus objetivos sejam alcançados.

É importante ressaltar que essa violência que acompanha a humanidade desde os seus primórdios tornou-se múltipla e causou danos à sociedade, gerando portanto, uma preocupação política, cultural, social e de saúde pública. Assim sendo, de acordo com Minayo(2006)

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material, o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamentos do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas, segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade. Mutante, a violência designa, pois – de acordo com épocas, locais e circunstâncias – realidades muito diferentes. Há violências toleradas e há violências condenadas[...] (MINAYO, 2006, p. 13)

Existem quatro tipos de violência doméstica reconhecidas, que podem ser praticados contra crianças e adolescentes são elas: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

A violência física é causada por uso intencional e não acidental da força física, ou mesmo de algum tipo de arma, cujo propósito é lesionar, ferir ou mesmo matar o indivíduo, podendo causar marcas físicas.

A violência sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa(AZEVEDO e GUERRA, 1989)

Já a violência psicológica segundo Alberton(2005 p.145)

É a violência que humilha, que menospreza, que fere moralmente, que faz com que a auto-estima de uma criança ou adolescente seja abalada; que ameaça, que mete medo, que tortura; que priva deliberadamente do afeto, da atenção, do fornecimento de alimentos e roupas adequadas ao clima, de bem-estar, de conforto, de companhia.

Segundo Guerra(2011) a violência psicológica é designada como

Tortura psicológica que ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, representando bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, formas de sofrimento psicológico(GUERRA, 2011, p. 33)

Vale salientar que este tipo de violência segundo a autora pode manifestar-se isoladamente, no entanto está presente em todos os outros tipos de violência.

A negligência ou abandono é o a omissão ou recusa de cuidados básicos para que ocorra uma garantia ao bem-estar do indivíduo, no entanto a vítima é privada de direitos básicos, como a alimentação, saúde, higiene e cuidados com a educação, dentre outros, devendo essa violência interferir num nível desfavorável em seu desenvolvimento social e psicológico. Essa omissão de cuidados atinge não só as crianças e adolescentes, podendo estender-se aos idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais. Diante disso, vale ressaltar que o abandono é a forma mais extrema de negligência. (CEARÁ 2006)

Guerra(2011, p.33) enfatiza que “a negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais(ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos,etc, e quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle”.

Contudo ressalta Alberton(2005, p.151) que a negligência “configura-se em moderada ou severa, podendo levar, inclusive, á morte. A negligência severa pode ser decorrente do uso imoderado de drogas, lícitas ou ilícitas”

## **4 CAPITULO III – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO**

Neste capítulo abordaremos a importância do acolhimento institucional para a reintegração familiar da criança e/ou adolescente. Salientamos que acolhimento possui aspectos significativos no que diz respeito à dimensão social, histórica e cultural dessas crianças e adolescentes.

### **4.1 O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO FORMA DE PROTEGER A CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

É algo bastante desafiador compreender os fatores reais pelos quais as crianças são encaminhadas ao acolhimento institucional<sup>7</sup>. Crianças e adolescentes institucionalizadas estão inseridas em um contexto de difícil explicação, ou seja, a ideia é que elas estão inseridas num ambiente repleto de problemáticas sociais nas quais chamamos questão social.

É quase impossível explicar os fatores que determinam essas inúmeras problemáticas que estão colocadas frente a questão social, pois trata-se de uma realidade considerada complexa.

Nas unidades de acolhimento institucional é primordial haver uma articulação entre a equipe multiprofissional do acolhimento como, por exemplo, o Conselho Tutelar, o Poder Judiciário da Infância e da Juventude, Ministério Público, além da parceria com os serviços do Centro de Referência de Assistência Social(CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social(CREAS) dentre outros órgãos que se empenham em analisar a situação da criança vítima de violência e decidir se ela retornará á sua família nuclear ou extensiva, ou será destituída do poder familiar.

A partir dessa reflexão, é muito importante ressaltar o trabalho desenvolvido por estes profissionais e/ou instituições que tornam uma prioridade o retorno da criança e/ou adolescente a sua família de origem. Quando por algum motivo não ocorre essa reinserção familiar, os profissionais buscam a alternativa de trabalhar a manutenção de vínculo com a família extensa. Em ultimo caso, é que essa criança ou adolescente deva ser encaminhada a uma família substituta.

---

<sup>7</sup>O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza em art. 101 inciso 1º “ o acolhimento institucional e acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

Assim a idéia é que se tente fazer o trabalho de reintegração familiar, esgotando-se todas as possibilidades na família de origem. Caso seja possível, deve ser feito o retorno da criança ou adolescente para sua família que pode ser tanto para o grupo onde ela vivia anteriormente, como para a família extensa. Outros familiares poderão assumir a guarda ou tutela da criança, desde que tenha motivação e reúnam condições para isso. Caso não seja possível o retorno para a família de origem, em ultimo caso, a criança ou adolescente poderão ser encaminhados para colocação em família substituta mediante adoção, após determinação do Poder Judiciário. O Ministério público, ou quem tenha legítimo interesse, deverá ingressar com ação de Destituição de Poder Familiar[...] (FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011, p. 47-48).

Vale ressaltar que de acordo com as autoras acima mencionadas, o acolhimento institucional ainda representa na vida da criança e/ou adolescente aspecto significativo na dimensão social, histórica e cultural.

Nesse sentido as autoras citadas acima, afirmam que na sociedade contemporânea, o que deve prevalecer “é uma idéia de que o desenvolvimento normal de uma criança [...] deve ser na família, a partir de um modelo ideal nuclear, isto é composto por pai, mãe e filhos”(Osterne, 2004, p.47), o acolhimento institucional por ter um atendimento padronizado, possuir superlotação é considerado algo prejudicial ao pleno desenvolvimento da criança ou adolescente, pois causam trauma, danos físicos, cognitivos, sociais e emocionais, assim sendo não é capaz de suprir algumas ações exclusivas da família como, carinho, atenção e afeto.

Referindo-se a essa realidade vivenciadas por crianças e/ou adolescentes institucionalizadas, é possível afirmamos que elas são vitimas de uma realidade injusta, e que sua institucionalização não é meramente uma opção de proteger que tem como objeto resolver o problema da violência, ou algo que a família, a sociedade, ou as próprias crianças gostariam que ocorresse, visto que não ter acesso ao direito à convivência familiar ou comunitária é bastante prejudicial a qualquer ser humano.

Dessas acepções, pode-se ressaltar que o objetivo aqui não é querer transformar o abrigo como um espaço ideal para o desenvolvimento de uma criança.

É importante salientar que quando a família não cumpre seu papel de instituição protetora e não garante os direitos primordiais da criança ou adolescente, só nos resta entendermos que o melhor seria seu afastamento da família. Partindo dessas análises, é que o acolhimento institucional torna-se um elemento importante para garantir seus direitos, bem como para a própria família denominada agressora, pois ao se tomar conhecimento da agressão, haverá um trabalho multidisciplinar, envolvendo o restabelecimento dos vínculos familiares porque entende-se que a família é alvo também desse trabalho para a efetivação de políticas setoriais.

É nesse sentido que entendemos que o serviço de acolhimento pode se repensar e encontrar sua identidade como um lugar importante e necessário, de referência á vida de muitas crianças e adolescentes e suas famílias, pode sim prover o atendimento das necessidades das crianças e adolescentes acolhidos(também emocionais), propiciar-lhe espaços e oportunidades para interações e atividades interessantes, promovendo organização de rotinas de atenção, cuidado e educação que lhes ofereça condições para um desenvolvimento saudável (FERREIRA; SERRANO; COSTA, 2011, p.78)

Com relação ao campo de investigação desse estudo, o Lar Santa Mônica, podemos relatar previamente a importância que essa instituição e os profissionais que lá atuam possuem no enfrentamento à problemática da violação de direitos da criança e/ou adolescentes, abrangendo a violência no âmbito familiar. Nesse sentido, é coerente investigar e aprofundar a compreensão sobre essa temática a partir do trabalho desenvolvido por estes profissionais no Lar Santa Mônica, pois eles são de grande importância na garantia dos direitos sociais infanto-juvenil. Diante do exposto, iremos complementar esse estudo com as análises coletadas na pesquisa de campo realizada na realidade do Lar Santa Mônica.

#### **4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA – EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO FAMILIAR FRENTE A REALIDADE VIVENCIADA POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO LAR SANTA MÔNICA**

Durante a pesquisa de campo, foi de grande importância constatar que o Lar Santa Mônica é uma instituição social no Estado do Ceará, como referência na política de assistência á infância, principalmente nos processos que envolvem a garantia dos direitos de crianças e/ou adolescentes cujos direitos foram violados por familiares ou terceiros. O Lar Santa Mônica também é referência como instituição de acolhimento e manutenção de vínculos familiares dessas crianças e/ou adolescentes.

É importante darmos ênfase à situação da violência contra crianças e/ou adolescentes no contexto social do Estado do Ceará, mas precisamente em Fortaleza, antes de mostrarmos como o fenômeno da violência se expressa para que possamos ter um olhar da dimensão social do fenômeno pesquisado.

No ano de 2012, o jornal Diário do Nordeste mostrou em uma de suas publicações uma matéria denominada “violência contra criança: negligência é o principal motivo de denúncias”. Nessa matéria foi apresentada uma pesquisa confirmando tal afirmação.

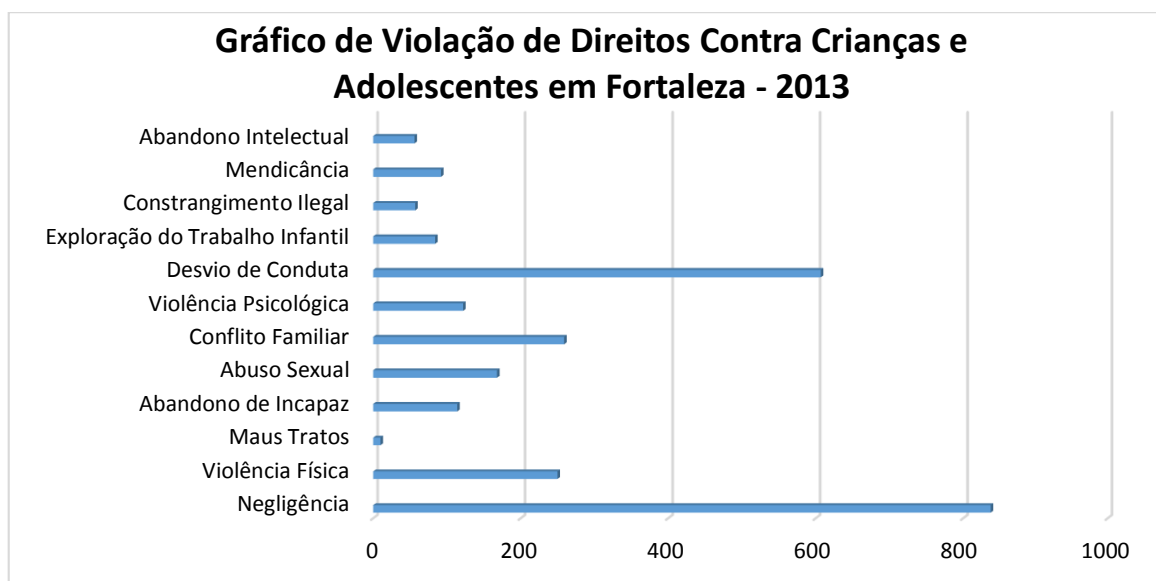
Falta de cuidado, de amor, descuido, desatenção, displicência. Todos esses atos podem caracterizar negligência quando se refere a crianças, adolescentes ou a um adulto com limitações físicas e psicológicas. Este tipo de violência lidera as denúncias recebidas pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social(CREAS), no Ceará. De janeiro a junho deste ano, das 1.974 denúncias, 776

foram de negligência familiar, o que corresponde a 40% do total. Destes, 259 eram crianças de zero a 11 anos. Em segundo lugar, de acordo com o órgão, vem a violência física com 512 denúncias, em terceiro está a violência psicológica com 385 registros, seguindo do abuso sexual com 224 denúncias e da exploração sexual com 36 registros(DIÁRIO DO NORDESTE, 25.07.2012).

Nesse mesmo jornal, em 2013 mais precisamente dia 12 de junho, foi publicado uma outra matéria, com o título“vítimas de violência- cresce 115% o número de denúncias”. A qual foram divulgados os números da violência contra crianças e adolescentes, conforme o registro de denúncias, apresentado abaixo:

[...] 250 denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes, até março deste ano. A cada dia, quase três crianças e adolescentes são vítimas de violência física em Fortaleza. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Direitos Humanos(SDH), baseada em números dos Conselhos Tutelares e disque 100<sup>8</sup>, entre janeiro e março deste ano, 250 denúncias foram registradas no município, contra 116, em igual período do ano passado. Um aumento de 115% em 12 meses de diferença. Diariamente, os conselhos tutelares, o disque 100 ou o disque Direitos Humanos registram 32 casos contra a população infanto-juvenil [...] ainda segundo as informações da SDH, levando também em consideração as ocorrências de maus-tratos e negligência, esse número pula para 1.098, ou seja, diariamente os conselhos tutelares, o disque 100 ou o disque direitos humanos registram 32 casos de violência física, maus-tratos e negligência contra a população infanto-juvenil da capital. Isso representa 37,7% do total de violação de direitos, que somaram 2.911 denúncias neste ano na cidade (DIÁRIO DO NORDESTE, 12.06.2013).

Vale ressaltar que de acordo com os números mostrados nessa matéria do Jornal Diário do Nordeste, nos meses de janeiro a março de 2013, as denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes em fortaleza, conforme suas especificidades foram estes:



Fonte: Jornal Diário do Nordeste (2013)

<sup>8</sup>É um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República (SDH/PR), vinculado á Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violação de direitos humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e outros, como quilombolas, Ciganos, Índios, Pessoas em Privação de Liberdade”. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos>>. Acesso em 27.maio2015.

Para a realização dessa pesquisa e diante da realidade do fenômeno da violência, foi escolhido, no entanto, o Lar Santa Mônica como cenário da pesquisa. Esta unidade de acolhimento institucional está localizada na Av. Alberto Craveiro, 222, no interior do condomínio espiritual Uirapuru no bairro Dias Macedo, próximo a Arena Castelão, no município de Fortaleza.

Foi no interior do CEU – Condomínio Espiritual Uirapuru, que em 2008 começaram a construção das instalações da unidade de acolhimento Lar Santa Mônica. Hoje funcionam neste local duas casas de acolhimento com capacidade de acolher 12 crianças e 12 adolescentes.

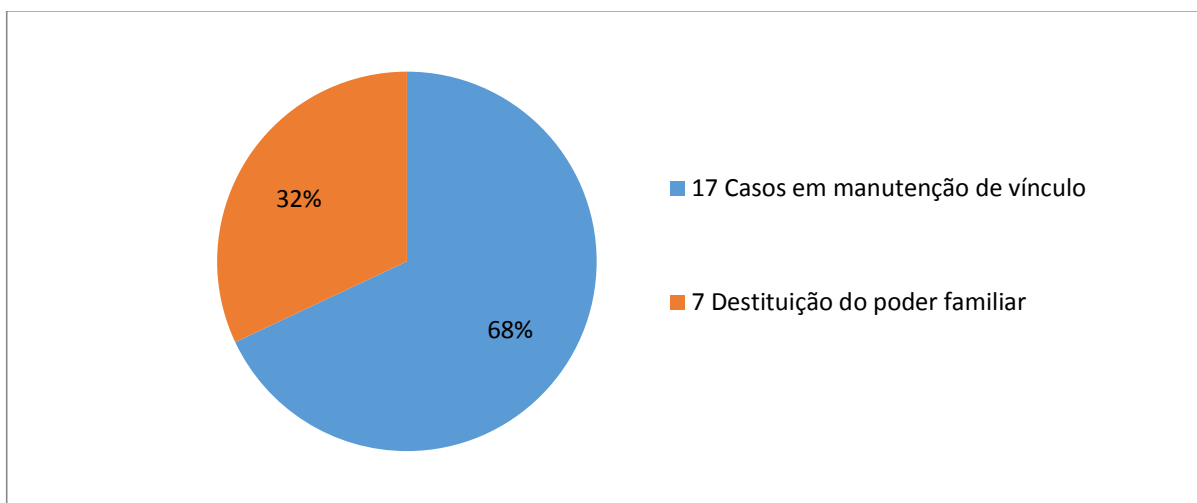
O Lar Santa Mônica acolhe crianças e adolescentes do gênero feminino de 7 a 18 anos incompletos vítimas de violência física, caracterizada como violência sexual e de outras situações de vulnerabilidade social em que estão inseridas como a extrema pobreza, os maus tratos psicológicos e etc.

A capacidade de atendimento no Lar Santa Mônica é de 24 meninas, dividida em duas casas, uma casa acolhe doze (12) crianças de sete(07) a onze(11) anos, a outra casa acolhe doze(12) adolescentes entre doze(12) anos a dezessete(17). Essas meninas são encaminhadas ao Lar Santa Mônica através do Conselho Tutelar ou Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza. Esta instituição é mantida atualmente por uma congregação religiosa. Vale ressaltar que o Lar Santa Mônica conta com a participação da comunidade, a partir de doações da sociedade civil e de trabalhos sociais desenvolvidos com o intuito de arrecadar fundos para as despesas da casa.

A Missão do Lar Santa Mônica consiste em acolher, proteger e educar crianças e adolescentes, meninas que sofreram. Seu objetivo principal é o de oferecer atendimento integral a essas crianças e/ou adolescentes, atendendo as suas necessidades, inclusive garantir o direito à convivência familiar e comunitária, tendo como foco principal a manutenção de vínculo com a família de origem e/ou ampliada. Não havendo mais a possibilidade de a criança e/ou adolescente retornar a sua família biológica, busca-se a alternativa de encaminhá-la a uma família substituta.

É necessário analisar, de acordo com os documentos da instituição e no gráfico abaixo que até a data das entrevistas junho do corrente ano, havia 24 meninas acolhidas. Desse número, 17 estão em manutenção de vínculo com a família e 7 delas estão com os vínculos familiares rompidos.

### Situação das Crianças e Adolescentes Institucionalizadas no Lar Santa Mônica



Fonte: Pesquisa direta 2015.

De acordo com a equipe multiprofissional e da pesquisa documental na instituição, do total de 17 meninas em manutenção de vínculo, apenas 6 recebiam visitas regulares de suas famílias, as demais crianças e/ou adolescentes aguardavam pelo processo de DPF (Destituição do Pátrio Poder), ou seja, estavam no Lar Santa Mônica, como dados institucionais, já que apesar do processo havia manutenção de vínculo. Na maioria dos casos, no entanto, os familiares nunca aparecem para visitar. E aquelas crianças e/ou adolescentes que recebem visitas chegam a passar até de 6 meses a 1 ano sem ter contato com a família, conforme relato a seguir

As crianças e/ou adolescentes devem receber visita institucional. Nós colocamos visitas obrigatórias, porque a família não vinha, então tivemos que por a questão judicial, para que a família decida vir visitar. São duas visitas ao mês, mas isso não acontece. Temos hoje 25 meninas, essas têm irmãs entre elas; então temos 22 famílias. Dessas 22 famílias, apenas três ou quatro vem visitar. (Profissional 1)

Ao pesquisarmos o fenômeno da violência sexual, presente na vida das crianças e/ou adolescentes que se encontram no Lar Santa Mônica, fica evidente a situação das famílias que estão no processo de manutenção de vínculo, pois ao conversarmos com a equipe multiprofissional entrevistada sobre esses familiares, ficou constatado que esse processo, na verdade, é um grande desafio para os profissionais que trabalham no Lar Santa Mônica, no tocante a efetivação dos direitos das crianças e/ou adolescentes inseridas na realidade da violência sexual.

É importante ressaltar que a família, não participam do processo de manutenção de vínculos com a criança e/ou adolescente, pode ocorrer por várias razões. Apresentaremos

relatos dos profissionais entrevistados acerca da realidade em torno da ausência desses familiares. Vejamos suas reflexões sobre esse processo:

[...] Existe uma equipe nas varas da Infância e da Juventude chamada manutenção dos vínculos. Tem assistente social, tem psicóloga que também realizam essas visitas domiciliares. O que não dá é obrigar as famílias a virem visitar. O que a gente tenta fazer, nós do Lar Santa Mônica, nossa equipe, junto com a equipe do fórum da manutenção dos vínculos, é tentar fortalecer esses vínculos fragilizados, ou construir os vínculos que não têm. Mas isso não tem como ser uma obrigatoriedade porque muitas vezes a família vem e acaba sendo pior pra criança. Então é uma coisa que tem que acontecer naturalmente. Nas visitas domiciliares a gente fala da importância das visitas dentro da instituição, de estar acompanhando a criança e/ou adolescente, verificando o que está acontecendo, participar um pouco, saber do colégio. Mesmo estando longe de casa, ela continua sendo filha, mas pra uma criança chegar a uma unidade de acolhimento é porque todos os outros vínculos já foram praticamente quebrados. Então, uns dão para construir e outros não (Profissional 2)

É fundamental a participação da família para que os vínculos sejam fortalecidos, mas acontece que as visitas devem ser duas vezes por semana, mas eles não vem. Já chegamos a dizer que eles podem vir aqui quando quiserem, desde que a criança e/ou adolescente não tenha nenhuma atividade, mesmo assim eles não aparecem pra visitar (Profissional 1)

Sendo uma das categorias desta pesquisa desde o primeiro capítulo, a família faz parte das reflexões levantadas nas pesquisas bibliográficas, e fica sempre evidente sua importância para o desenvolvimento da criança e/ou adolescente. Podemos observar nos relatos dos profissionais entrevistados:

A família é a base de tudo, por isso é fundamental que ela esteja sempre por perto... não falo só a mãe, irmão, pai, mas a família no geral, ela é muito importante para o desenvolvimento de uma criança e/ou adolescente, ela tem importância fundamental na educação, saúde, alimentação, no lazer. A família é a base, isso sem falar no carinho, do afeto que só a família pode proporcionar. É a família que deveria ser a primeira a garantir que os direitos básicos de uma criança e/ou adolescente. (Profissional 3)

A família está presente desde a concepção, nas questões dos valores morais, dos princípios que ela transmite aos filhos, se estendendo até a estrutura emocional deles. A família é responsável pelo desenvolvimento emocional, social e a capacidade dela conseguir se relacionar com o mundo de verdade e com as pessoas (Profissional 1)

Diante da importância da família como uma instituição essencial para o pleno desenvolvimento da criança e/ou adolescente, a violência sexual é algo presente na vida dessas crianças e adolescentes, como afirma a Profissional 1, ao relatar sua compreensão sobre este fenômeno

Eu compreendo como algo infelizmente que está muito freqüente. É um fenômeno que não tem hoje a devida prioridade. Hoje este tipo de violência é um tabu que o governo, as autoridades políticas, a própria família não quer tratar. Quando se fala,

se fala de modo superficial, não existem políticas eficazes para essa questão do enfrentamento. A rede de aliciadores de violência sexual é muito forte, é muito bem articulada, ao contrário da rede de enfrentamento, que é muito defasada, e isso atrapalha nosso trabalho. Nós somos poucos, somos uma instituição que acolhe vinte e quatro meninas, doze em cada casa e que hoje estamos com a capacidade máxima. Apesar de todos os dias recebermos ligações dos CRAS, dos CREAS municipal, regional e do próprio Juizado da Infância e da Adolescência, das delegacias especializadas, do Conselho Tutelar solicitando vagas pra meninas vítimas de violência sexual e nós não podemos acolher porque não temos vagas para acolher com dignidade essas crianças e/ou adolescentes vítimas de violência, aí se vê, que não existe uma prioridade por parte das autoridades competentes (Profissional 1)

Assim entende-se que as Profissionais 1 e 2 entendem que a violência sexual praticada no âmbito familiar, de acordo com os casos que elas acompanham no Lar Santa Mônica, resume-se como:

É uma violência doméstica, por assim dizer que abrange outros tipos de violência como: a negligência, maus tratos, espancamentos, abandono, violência física, psicológica, abuso sexual, ou seja, abrange todos os tipos de violência. E são praticadas pelo pai, mãe, padrasto, tio, amigo da família que esteja inserido nesse ciclo (PROFISSIONAL 1)

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente esse fenômeno da violência sexual ocorre quando algum direito delas são violados, um direito que a família acaba infligindo. Isso ocorre de várias maneiras como por exemplo: quando a criança não vai à escola até situações mais graves como: a negligência, o abuso sexual, espancamentos, a exploração. Enfim entendo a violência sexual como uma violação de direitos praticados por pessoas que deveriam protegê-las, amá-las e, no entanto, a própria família é a causadora dessas situações de violência (PROFISSIONAL 2)

Ao analisarmos o perfil das famílias das crianças e/ou adolescentes institucionalizadas, cujos direitos foram violados, ficou evidente que as famílias, em sua maioria, possuem baixo poder aquisitivo, vivem em áreas pobres, e pouca escolaridade. Porém, isso não quer dizer que a violência sexual não ocorra na classe média alta. Segundo relatos dos profissionais do Lar Santa Mônica, ocorre sim, mas com menos frequência, segundo eles

“Já tivemos duas meninas aqui no Lar Santa Mônica que eram de classe média alta e foram vítimas da violência sexual envolvendo membros da casa; um era o pai, o outro era o padrasto. No entanto, se for pra termos uma predominância das classes sociais, a estrutura familiar onde ocorre maior índice de violência sexual é a classe social mais empobrecida”.

Em função disso, logo é possível assegurarmos que:

[...] a violência não tem, podemos afirmar um ‘endereço certo’, ou seja, ocorre indistintamente em toda e qualquer classe social alastrando-se por todas as direções da vida humana, sejam sociais, políticas e econômicas. É, pois, algo que está aí, que faz parte de nossas existências, quer nos demos conta disso, quer não, ou melhor: quer queiramos ou não conscientizarmos-nos dessa realidade que se impõe diante de

nós, com suas vítimas clamando silenciosamente por socorro. (VERONESE; COSTA, 2006, P.104)

Diante do que foi estudado até o momento, fica claro que toda criança e/ou adolescente goza direito de ter uma família, de crescer ao lado de uma família que cumpra suas responsabilidades de atender às necessidades materiais e emocionais, salvaguardando essa criança e/ou o adolescente de qualquer forma de violência.

A partir dessa reflexão, fica evidente que mesmo os vínculos familiares sendo mantidos e o poder judiciário autorize essa criança e/ou adolescente voltar pra sua família, cabe-nos um questionamento de como essa criança ou adolescente irá ter acesso aos seus direitos básicos como alimentação, moradia, educação de qualidade, saúde, se a própria família não tem acesso a esses direitos básicos? Como oferecer aos filhos algo que elas mesmas não tem?

Os profissionais entrevistados revelam a precariedade das políticas públicas dirigidas às famílias em que ocorrem os casos de violência sexual, e que atualmente estão sendo trabalhadas no Lar Santa Mônica a manutenção de vínculos. Entende-se que quando a família não tem condição de proporcionar um ambiente saudável para criança e/ou adolescente, o Estado deve intervir, para que, dessa maneira, possa haver uma conservação dos vínculos familiares e afetivos.

Quando a família não consegue cumprir com suas obrigações, cabe ao Estado interferir e garantir a assistência necessária através das políticas públicas de assistência á família, declaradas na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA, 1990), da Lei Orgânica da Assistência Social(LOAS, 1993) (RIBEIRO; MARTINS, 2010, p.50)

Ainda fazendo uma análise das entrevistas com a equipe multiprofissional, tomamos conhecimento de que muitas famílias, cujas crianças e/ou adolescentes estão institucionalizadas no Lar Santa Mônica, sofrem com algum tipo de dependência química, seja o alcoolismo ou as drogas ilícitas/entorpecentes. Essas famílias são encaminhadas para tratamento no CAPS. No entanto muitas delas abandonam o tratamento, e não retornam nem para ver as filhas. Nesses casos configura-se também como um tipo de violência que segundo a fala de uma das profissionais entrevistadas do Lar Santa Mônica

A criança não entende a violência, sabe apenas que a família faz parte de sua vida, é sangue do mesmo sangue, e quando a família não participa mais de sua vida na instituição, não acompanha os estudos, seu progresso fora de casa, ela sente por assim dizer abandonada, e até a gente fortalecer tudo isso, pra que ela tenha uma autonomia, pode ser que não tenha esses familiares, a criança não poder contar com elas, a criança precisa recuperar sua vida, mas é difícil, porque são várias violências

dentro de uma violência só, e esse tipo de violência chama-se negligência.(Profissional 2)

Segundo Alberton(2005),

Negligência é a omissão de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente, tais como de alimentação, de vestuário, de saúde, de educação, de higiene ou de supervisão das atividades dos filhos de modo a prevenir riscos e danos. A negligência configura-se em moderada ou severa, podendo levar, inclusive, á morte. A negligência severa pode ser decorrente do uso imoderado de drogas, lícitas ou ilícitas. (ALBERTON 2005, p. 151)

Ao tentarmos identificar os principais responsáveis pela prática da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, identificamos que na maioria dos casos, a violência é mais sentida pelas crianças, e dolorosa quando cometida pela genitora, essa realidade é enfatizada a partir do relato a seguir

Os agressores são pessoas próximas à criança e/ou adolescentes, como o pai, o padrinho, o tio, um vizinho muito próximo, irmãos mais velhos e a própria mãe. A violência sexual praticada pela mãe é ainda mais dolorosa do que a cometida pelo pai, um irmão ou alguém do contexto familiar, porque os vínculos afetivos são maiores. Duplamente a mãe tem o papel de proteger, depois violenta. (PROFISSIONAL 3)

Assim sendo, baseada no relato dessa profissional, e após constatarmos que os responsáveis principais pela prática da violência sexual são os genitores, em especial as mães, voltamos a refletir novamente sobre o papel da família na vida de uma criança e/ou adolescente que diante do que foi exposto ao longo da pesquisa constatamos que a proteção integral á criança e/ou adolescente “representa um avanço cultural da sociedade como um todo, reconhecendo-os como parte integrante da família e da sociedade, com direito ao respeito, á dignidade, á liberdade, a opinião, a alimentação[...] dentre outros” ( ROQUE E FERRIANE, 2002, p. 336).

A realidade institucional revelada pelos profissionais que entrevistamos expõe de forma clara suas resignações diante da precariedade e fragilidade das políticas públicas para as famílias em que ocorreu a violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, vejamos o relato

De uma forma geral o que a gente tá fazendo é acolhendo essas meninas, a gente ta reduzindo danos, e em relação às famílias, fica difícil, nós damos nossa contribuição, já que as esferas estaduais, municipais não contribuem o suficiente. Então, a gente ta fazendo um papel que é do governo e que é da sociedade civil. Não existe uma política eficaz de verdade (PROFISSIONAL 1)

Essa é a realidade que se repete por que? Porque existe a falta de atenção do Governo pra famílias que estão lá fora, enfrentando a realidade dura da vida. A criança vem pra cá pro Lar Santa Mônica, é cuidada, mais e a família? O que o Estado ta fazendo por aquela família? Eu respondo, nada. Não existem políticas, falta um trabalho social mais específico com essas famílias. De um lado existe a

proteção para a criança, e as famílias? Ficam vulneráveis. Há uma falha nas redes, as crianças e adolescentes são acompanhadas, as famílias não. O nosso acompanhamento é basicamente na conversa, quando elas vêm aqui, a gente fala, orienta, mais só conversar não resolve, seria necessário que o direito dessas famílias também fosse garantido. Talvez agindo assim é possível que o tempo de permanência dessas crianças e/ou adolescentes aqui na instituição possam diminuir (PROFISSIONAL 2)

É importante ressaltar que diante dessa ausência e precariedade de políticas públicas, tem-se prejuízo à reinserção da criança e/ou adolescente à sua família. Assim sendo, não há uma medida eficaz de prevenção destinada às famílias quando estas se encontram em situação de vulnerabilidade, tais como o desemprego, a falta de moradia, e a dependência química.

Em função disso, entendemos que as políticas de proteção aos direitos da criança e/ou adolescentes devem também abranger a família de forma integral, como bem explica Moreira, Passos e Pereira:

A família é o objeto e destino fundamental das políticas de proteção dos direitos das crianças[...] e nesse sentido, é preciso considerar a perspectiva de todos os envolvidos na aplicação das medidas protetivas que visam, do ponto de vista do ECA, a garantia do direito à convivência familiar, uma vez que os problemas e as soluções são co-construções que envolvem a todos: operadores das políticas públicas, da justiça, pais, mães, tios, avós, adultos de referência afetiva, crianças e adolescentes. As crianças e os adolescentes chegam às casas de acolhimento institucional com experiências familiares distintas. (MOREIRA; PASSOS; PEREIRA, 2012, p. 46)

Diante dessas reflexões, se esses direitos não forem efetivados como deveriam, essas famílias estarão locadas em sua sociedade cada vez mais desigual, sem acesso a direitos básicos, sem condições de cuidar, de promover o bem estar para o devido desenvolvimento das crianças e/ou adolescentes. No entanto, o público infantil é muito prejudicado, pois terão seus direitos duplamente violados, seja pelo Estado, como também pela família, o que tornará cada vez mais distante como tão bem expressa Deslandes(1994) “ a tão sonhada consolidação da cidadania plena a todos na sociedade”.

Na ocasião da visita de campo no Lar Santa Mônica, conversamos com o educador social sobre os fatores que ocasionam a violência sexual, o qual nos relatou

É a questão dos valores, principalmente isso influencia bastante, então vem a questão da pobreza todo mundo numa mesma casa morando junto, todos aglomerados no mesmo sistema, vem as questões emocionais e falando desse aglomerado de situações que vão pouco a pouco se materializando, é a expressão da questão social se manifestando junto com o fenômeno da violência (ANOTAÇÕES DE DIÁRIO DE CAMPO DIA 03/06/2015)

Diante das análises e informações contidas nessa pesquisa, ficam evidentes que a violência física praticada no âmbito familiar assume múltiplas expressões e formas, caracterizando-se como um fenômeno de grande complexidade. No contexto institucional do Lar Santa Mônica, surgiram histórias de vidas peculiares, e conhecendo de perto a realidade das crianças e/ou adolescentes que se encontram institucionalizadas vítimas de violência sexual, percebemos que os direitos constitucionais de inúmeras crianças e adolescentes são violados e desrespeitados constantemente. Crianças e adolescentes, de acordo com a lei, são hoje considerados pessoas em desenvolvimento e aprendizagem, estão em construção social e pessoal, no entanto os traumas sofridos em decorrência da violência física e sexual, dificilmente serão superados.

Durante as entrevistas com a equipe multiprofissional verificamos os desafios enfrentados pelos profissionais do Lar Santa Mônica para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. Os profissionais se deparam com a questão financeira, pois conforme o que foi observado, os recursos financeiros que chegam ao Lar Santa Mônica são de doações e projetos que eles fazem durante todo ano. Existe o número reduzido de profissionais para melhorar o número de demandas que chegam ao Lar Santa Mônica, no entanto é impossível trabalhar com um número maior de crianças e adolescentes vítimas de violência. Outro ponto desafiador é a precariedade e fragilidade das políticas públicas para as famílias das crianças e/ou adolescentes institucionalizadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tratar-se de um assunto realmente instigante, o referido trabalho preocupou-se em apresentar dados reais com o intuito de tentar trazer reflexões para este fenômeno. Além disso, a pesquisa buscou contribuir com estudos existentes acerca da violência contra crianças e/ou adolescentes na atualidade.

Diante da realidade vivenciada no Lar Santa Mônica foi possível compreendermos e analisar o fenômeno da violência e suas expressões contra crianças e/ou adolescentes, como também investigar quais as causas que levam os pais praticarem este tipo de violência contra seus filhos.

Investigar as causas da violência física contra crianças e/ou adolescentes no âmbito familiar apresenta-se como uma tentativa de encontrar, se não a solução para a problemática da violência, ou ao menos elementos que favoreçam uma reflexão sobre o tema em questão.

A referida pesquisa centrou-se em três objetivos específicos que foram abordados durante as entrevistas aplicada na pesquisa de campo. No decorrer das entrevistas verificamos através das falas da equipe multiprofissional que a violência física sexual apresenta-se de várias formas e expressões no âmbito familiar.

Vale ressaltar que durante as entrevistas compreendemos de maneira mais clara as determinações desse fenômeno que está presente em nossa sociedade e que precisa ser mais difundido e esclarecido por parte dos órgãos competentes. Verificou-se também que há um desconhecimento sobre a violência em si, em especial a violência sexual.

Conversando com os profissionais na ocasião das entrevistas, eles nos relataram que vêem o fenômeno da violência como uma violação de direitos a partir do momento em que a própria família de alguma forma negligência seus deveres junto à sua prole; como por exemplo, quando a criança não vai à escola, até situações mais graves como o abuso sexual, o espancamento e etc.

É necessário entendermos que a melhor forma de minimizar a violência contra crianças e/adolescentes, é a prevenção, e esta inclui conscientizar a sociedade em que vivemos de que a violência sexual é um fenômeno que atinge todas as classes sociais e que está presente em nossa sociedade. Precisamos perceber o comportamento de nossas crianças e adolescentes e, se for o caso, denunciarmos através do disque 100, aos conselhos tutelares e ao poder público qualquer tipo de violência contra esses sujeitos.

Entretanto verificamos que não há políticas públicas para as famílias das crianças e/ou adolescentes institucionalizadas. Existe a falta de atenção do Governo para as famílias

que estão fora do contexto institucional e isso dificulta bastante o trabalho de manutenção de vínculos. Falta nesse sentido um trabalho social mais específico com essas famílias.

Nesta perspectiva ficou evidente que a família que a Constituição Federal de 1988 enfatiza como sendo a base da sociedade e que deve gozar especial proteção do Estado, tem seus direitos básicos violados, como o emprego, moradia digna, alimentação de qualidade, saúde universalizada, etc.

Verificou-se também que não há nenhum trabalho social ou política pública voltada para o agressor, ou seja, o agressor não é visto como ser humano, e sim como um monstro que não merece nenhum tipo atenção por parte das autoridades.

Foi possível identificar que os principais agressores das crianças vítimas de violência sexual são os próprios genitores, sobretudo a mãe. Cabe destacar que os tipos de violência identificados no Lar Santa Mônica não acontecem de uma forma única, entretanto vem sempre acompanhado de outro tipo de violência.

Ainda durante as entrevistas percebeu-se que todos os profissionais estão empenhados em atender da melhor maneira possível as crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual. O Lar Santa Mônica é referência nesse tipo de violência em Fortaleza, no entanto segundo relatos dos profissionais a casa não tem recursos financeiros e nem estrutura suficiente para atender todas as demandas que chegam ao Lar Santa Mônica todos os dias.

Dessa forma esperamos que os resultados dessa pesquisa venham contribuir para o enfrentamento da violência sexual que atinge com mais frequência o público infantil, e assim resulte na conscientização da sociedade e, principalmente do poder público já que é o responsável principal por promover o bem estar da criança e/ou adolescente, sendo relevante que haja um trabalho em parceria com ambas as partes, além de ações governamentais e públicas que busquem objetivar e assegurar o integral acesso desse sujeitos aos seus direitos, resguardando-os de toda forma de violência.

Vale ressaltar que esse trabalho empenhou-se em contribuir com estudos já existentes sobre o fenômeno da violência sexual, no entanto esperamos que as análises, reflexões, informações e resultados apresentados possam de alguma forma proporcionar uma compreensão mais ampliada sobre o objeto estudado, criando assim mecanismos para novas pesquisas e discussões acerca da violência física sexual envolvendo crianças e/ou adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTON, M. S.: Violação da infância: crimes abomináveis: humilham machucam, torturam e matam! Porto Alegre, RS: AGE, 2005.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AREIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL, Lei Federal nº 8.069 de 13 de Junho de 1990. *Estatuto da Criança e do adolescente*.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília - DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nacional\\_convivencia\\_familiar\\_comunitaria.p df](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_convivencia_familiar_comunitaria.p df)>. Acesso em: 14 maio. 2015
- DESLANDES, Suely F. *Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica: Análise de um Serviço*. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p. 177-187, 1994. Disponível em: Acesso em: 19 nov. 2014
- FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti-; SERRANO, Solange Aparecida; ALMEIDA, Ivy Gonçalves de (Orgs). **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: Hucitec, 2011.
- FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira (Orgs.). *Família, gênero e geração: temas transversais*. EDUECE, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GUERRA, V.N. A.; *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 7ed – São Paulo: Cortez, 2011.
- LEAL, Maria Cristina. *O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais*. In: SALES, MioneApolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 147- 164.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia Científica*. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Et al.* (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária/** Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília - DF: CONANDA, 2006. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a\\_pdfdht/plano\\_nacional\\_convivencia\\_familiar\\_comunitaria.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_convivencia_familiar_comunitaria.pdf)>. Acesso em: 13 maio. 2015

MOREIRA, Maria Ignez Costa; PASSOS, Ana Paula Carvalho Pereira; PEREIRA, Camila de Campos. A posição da família nas políticas públicas de proteção: oscilações entre o centro e a margem In: MOREIRA, M.I.C; CARELLOS, S.D.M.S(orgs). **Famílias em vulnerabilidade social: é possível auxiliar sem invadir?** Curitiba: CRV, 2012. p.29-48.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUZA; Sônia Margarida Gomes. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço à cena pública. O social em questão**, Rio de Janeiro, ano 15 n.28, p.13-16, fev: 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso: 15 Abr. 2015

OSTERNE, M.S.F.; Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina. EDUECE, 2001/266 p.

ROQUE, Eliana Mendes de Souza Teixeira; FERRIANE, Maria das Graças Carvalho. Desvendando a violência doméstica contra crianças e adolescentes sob a ótica dos operadores do direito na comarca de Jardinópolis-SP. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto. v.10, n.3, p.334-344, Maio/Jun. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n3/13343.pdf>. Acesso: 15 Abr. 2015

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941-Metodologia do trabalho científico/Antônio Joaquim Severino. – 23.ed.rev. e atual. –São Paulo: Cortez, 2007

SCHREIBER, Elisabeth. **Os direitos fundamentais da criança na violência intrafamiliar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 9-25, set. 2002.

VERONESE, Josiane Rose Petry; COSTA, Marli Marlene Moraes da. **Violência doméstica: quando a vítima é uma criança ou adolescente – uma leitura interdisciplinar**. Florianópolis: OAB/SC, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (CEBELA) FLCSSO-Brasil, 2012.

**ARTIGOS DE JORNAIS ELETRÔNICOS:**

**VIOLÊNCIA** contra crianças: negligência é o principal motivo de denúncias. **Diário do Nordeste** (Cidade), Fortaleza, 25 jul. 2012. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

**VÍTIMAS** da violência Cresce 115% número de denúncias. **Diário do Nordeste** (Cidade), Fortaleza: 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

**FORTALEZA:** Negligência lidera as causas de acolhimento. **Diário do Nordeste** (Cidade), Fortaleza, 14 set. 2014. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

## **APÊNDICE**

## APÊNDICEA – Roteiro de Entrevista

Roteiro referente à pesquisa: **A Violência Física Contra Crianças e suas Múltiplas Expressões: O olhar da Equipe Multiprofissional Sobre a Violência Sexual no Lar Santa Mônica.**

### 1. Identificação da Instituição

1.1 Nome:

1.2 Área de atuação:

### 2. Identificação do/a profissional

2.1 Nome:

2.2 Formação:

2.3 Profissão:

2.4 Tempo na profissão:

2.5 Cargo que ocupa/função:

2.6 Sexo:

2.7 Idade:

2.8 Estado civil:

1. Quais as práticas e procedimentos realizados pela a equipe multiprofissional nesta instituição?
2. Qual o papel da equipe multiprofissional frente a violência sexual contra criança e adolescente?
3. Há algum tipo de trabalho com a família e com o possível agressor? Fale-me sobre isso
4. Como você compreende o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes?
5. Na sua opinião que fatores ocasionam a violência sexual contra crianças e adolescentes?
6. Há predominância quanto ao sexo, faixa etária e proximidade do agressor em relação à criança e/ou adolescente vitimizado? Por que?
7. Há uma estrutura /formação familiar em que crianças e/ou adolescentes estejam mais vulneráveis a violência sexual? Se sim, aponte qual e por que?
8. Descreva a criança e/ou adolescente vitimizado sexualmente?
9. Existe uma etapa da vida da criança em que é mais comum que ocorra a violência sexual contra crianças e adolescentes (infância, pré-adolescência ou adolescência)? Por que?